



# BTEP

BOLETIM TRIMESTRAL  
DE ECONOMIA PORTUGUESA

**ABRIL 2022**

GPEARi

Gabinete de Planeamento, Estratégia,  
Avaliação e Relações Internacionais  
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Office for Economic Policy  
and International Affairs  
MINISTRY OF FINANCE



Gabinete de Estratégia e Estudos

## Ficha técnica

**Título:** BOLETIM TRIMESTRAL DE ECONOMIA PORTUGUESA

**Data:** ABRIL de 2022

Elaborado com informação disponível em 31 de março de 2022

**Editores:**

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega 5-A

1110 – 016 Lisboa

Telefone: +351 21 882 33 90

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

E-Mail: [gpeari@gpeari.gov.pt](mailto:gpeari@gpeari.gov.pt)

**Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia e do Mar

Avenida da República, 79

1069-218 Lisboa

Telefone: +351 21 792 13 72

URL: <http://www.gee.gov.pt>

E-Mail: [gee@gee.min-economia.pt](mailto:gee@gee.min-economia.pt)

## ■ Índice

● <b>Sumário</b> .....	<b>4</b>
● <b>Enquadramento Internacional</b> .....	<b>5</b>
● <b>Economia Portuguesa</b> .....	<b>6</b>
Atividade Económica .....	6
Mercado de Trabalho .....	8
Preços .....	9
Comércio Internacional .....	13
Contas Externas .....	15
Financiamento e Endividamento .....	16
Dinamismo Empresarial .....	18
Finanças Públicas .....	21
Financiamento das Instituições Financeiras Europeias .....	23
Previsões Económicas .....	24
● <b>Política Económica</b> .....	<b>25</b>
Política Europeia .....	25
Políticas Nacionais .....	26
Principais Medidas Legislativas .....	28
● <b>Artigos</b> .....	<b>32</b>
Acesso ao financiamento das PME desde a Crise Financeira Global .....	32
Comércio Internacional de mercadorias de Portugal com a Ucrânia 2017 a 2021 .....	33
Comércio Internacional de mercadorias de Portugal com a Federação Russa 2017 a 2021 .....	33
Setor “Têxteis e Vestuário” - Importações na UE-27 e quotas de Portugal (2020) – Comércio Internacional português (2017-2021) .....	33

## ■ Sumário

Em 2021, a **economia mundial iniciou o processo de recuperação** após um ano de 2020 fortemente marcado pela pandemia de COVID-19 e pelos constrangimentos à atividade económica. Não obstante o crescimento económico registado em 2021, o ano fica marcado pelas disrupções nas cadeias de abastecimento que originaram constrangimentos na recuperação da atividade industrial e que, associado ao crescimento dos preços nos produtos energéticos, originou pressões inflacionistas nos últimos meses do ano, situação que se agravou no início de 2022 com a invasão da Ucrânia pela Federação Russa.

**Em Portugal, o produto interno bruto (PIB) registou em 2021 o crescimento mais elevado desde 1990**, para o qual contribuíram com especial destaque o consumo privado e o investimento. No entanto, o seu valor ainda se mantém abaixo do registado no período pré-pandémico. O crescimento económico foi acompanhado por uma evolução positiva do mercado de trabalho, tendo-se registado em 2021 um aumento da população ativa, associado ao aumento do emprego, e uma diminuição da população desempregada e, conseqüentemente, da taxa de desemprego. No início de 2022, os indicadores de atividade económica apontavam para a continuidade da recuperação da economia, pautada agora de maior incerteza devido à eclosão da invasão da Ucrânia pela Federação Russa.

Desde o final de 2021, **as pressões inflacionistas intensificaram-se, sobretudo devido à evolução dos preços dos produtos energéticos**, tendo a inflação em Portugal atingido em março o valor mais elevado desde junho de 1994. No entanto, a taxa de inflação mantém-se inferior à registada na generalidade dos países da área do euro. A aceleração de preços na produção industrial tem sido mais acentuada do que nos preços no consumidor.

**O volume de exportações portuguesas recuperou em 2021, mas permanece ainda abaixo do nível pré-pandemia**. Num contexto de perturbações nas cadeias de fornecimento globais, o crescimento das exportações de bens desacelerou a partir do segundo trimestre de 2021, enquanto as exportações de serviços aceleraram, sustentadas pela recuperação gradual no turismo.

**Num contexto de restrições significativas da atividade económica, os indicadores de dinamismo empresarial sinalizam uma tendência de recuperação em 2021**, com uma redução do número de novos processos de insolvência, uma recuperação do investimento e da rendibilidade das sociedades não financeiras.

**Em 2021 verificou-se uma redução do défice orçamental para 2,8% do PIB** (5,8% em 2020), resultado de um crescimento da receita superior ao da despesa, fruto da recuperação da atividade económica e do recebimento de fundos comunitários. Para o aumento da despesa contribuiu o aumento do emprego no setor público. O peso da dívida pública em percentagem do PIB diminuiu para 127,4%.

## ■ Enquadramento Internacional

**Em 2021, a economia mundial apresentou sinais de recuperação face ao ano anterior, fortemente afetado pela pandemia de COVID-19 e pelos constrangimentos à normal atividade económica.** O PIB dos países da OCDE cresceu 5,5% no conjunto do ano, tendo o crescimento sido de 5,7% nos EUA, de 8,1% na China (cuja recuperação teve início mais cedo), de 7,5% no Reino Unido e de 5,3% na área do euro. O quarto trimestre do ano, tendo sido de aceleração na maioria das economias, foi de algum abrandamento na China, refletindo o impacto das medidas restritivas adotadas em várias cidades do país, em consequência dos novos surtos de COVID-19, juntamente com a forte desaceleração do setor imobiliário, nomeadamente com o incumprimento da empresa Evergrande. Nos EUA, a melhoria no quarto trimestre deveu-se sobretudo à aceleração da variação de existências, exportações, investimento residencial e consumo privado, com os restantes indicadores a mostrar um menor, devido ao agravamento da pandemia, à persistência de pressões inflacionistas e à escassez de mão-de-obra.

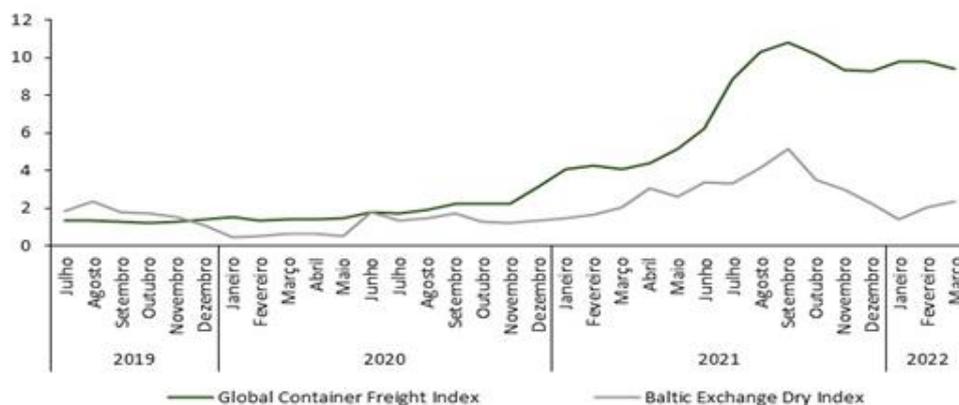
**A área do euro apresentou sinais de abrandamento e comportamento desigual entre países.** Não obstante um crescimento homólogo mais elevado no quarto trimestre, registaram-se sinais de alguma desaceleração da economia da área do euro na parte final de 2021 (0,3% de variação em cadeia), em resultado do surgimento de uma nova variante de COVID-19, da persistência de pressões inflacionistas e das disrupções nas cadeias de fornecimento de bens intermédios. Entre as principais economias europeias, é de salientar uma recuperação desigual, com destaque para um crescimento mais robusto de França e uma desaceleração da Alemanha, que em virtude de a indústria deste país estar mais exposta à escassez mundial de oferta de determinados bens intermédios, ainda não superou o nível do PIB pré-pandemia. As expectativas empresariais, que haviam melhorado em fevereiro de 2022, especialmente no setor dos serviços, em conjugação com a redução de medidas que limitam a atividade económica, vieram a deteriorar-se significativamente, no contexto dos últimos desenvolvimentos do conflito russo-ucraniano. A grande dependência a UE de energia e bens agroalimentares provenientes da Rússia e da Ucrânia torna-a particularmente vulnerável às implicações económicas deste conflito. A dependência energética é particularmente significativa para a Alemanha e para a Itália.

**Em 2021, a taxa de inflação aumentou progressiva e significativamente tanto nas economias avançadas, como nos países emergentes** (com exceção da China e Índia). Nos EUA, a taxa de inflação atingiu 4,7% em média anual (que compara com 1,2% em 2020) e na área do euro 2,6% (que compara com 0,3% em 2020). Na origem desta pressão inflacionista esteve a subida dos preços de energia, designadamente dos preços do petróleo e do gás natural, bem como a tensão entre uma procura forte, pós-confinamentos e em virtude da retoma da económica, e a escassez da oferta, resultante de fenómenos de disrupção das cadeias de fornecimento de produtos intermédios. No início de 2022, a variação dos preços atingiu 7,5% nos EUA (janeiro) e 5,8% na área do euro (fevereiro).

**Pressões inflacionistas generalizadas intensificaram-se com invasão da Ucrânia,** a imposição de sanções económicas e a disrupção intrínseca da atividade económica. Este conflito, bem como a decisão da OPEP em manter a sua meta de produção inalterada, tem provocado uma subida exponencial do preço do petróleo, chegando a atingir quase 140 USD/bbl no início de março de 2022, e do preço do gás natural europeu (335 euros/MWh). Verificaram-se igualmente fortes aumentos de preços nos metais básicos (alumínio, níquel e paládio) dos quais a Rússia é um produtor de referência mundial, bem como nos cereais

e fertilizantes. O preço dos contentores, que disparou com a pandemia de COVID-19, continua em máximos históricos alimentando a pressão inflacionista e contribuindo negativamente para a recuperação do comércio internacional.

**Gráfico 1. Preço unitário dos contentores**  
(milhares de dólares)



Nota: Os valores apresentados para o GCFI e BEDI, correspondem à média dos valores observados na última semana do mês e ao valor observado no último dia do mês, respetivamente. No caso do GCFI, o índice refere-se ao preço unitário médio de um contentor de 40 pés (*forty-foot equivalent unit*). No caso do BEDI, trata-se de um índice composto de três subíndices para contentores de granel seco com dimensões diferentes.

Fonte: GEE, com base nos dados da *Freightos and Baltic Exchange*.

**Incerteza dominou e inverteu tendência nos mercados financeiros internacionais.** O ano de 2021 foi um ano de forte valorização dos índices bolsistas internacionais da área do euro (21%) e dos EUA (19%), associada à expectativa de continuação da expansão da economia mundial nos próximos anos. Porém, o início da normalização da política monetária da generalidade das economias avançadas, nomeadamente dos EUA e do Reino Unido, reduzindo o seu carácter expansionista, tem conduzido a uma evolução ascendente das taxas de juro de curto prazo nos dois primeiros meses de 2022, de forma mais pronunciada nos EUA. A incerteza associada ao conflito na Ucrânia tem vindo a causar fortes quebras nos mercados acionistas europeus, com destaque para o setor bancário.

**Euro continua a depreciar-se face ao dólar norte-americano** (quase 8% em termos homólogos em 2021). Esta evolução intensificou-se no início de 2022, com uma depreciação adicional na taxa de câmbio do euro de quase 4% em relação ao final do ano transato.

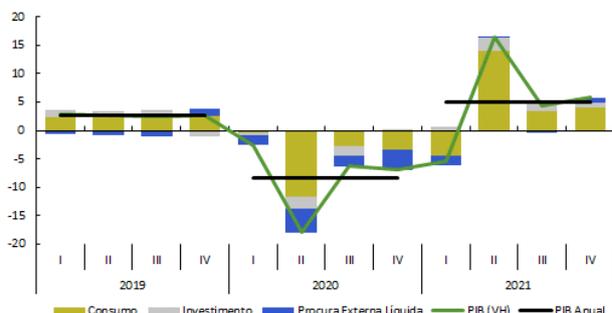
## ■ Economia Portuguesa

### Atividade Económica

Em 2021, o PIB registou um crescimento em volume de 4,9%, o mais elevado desde 1990, após a diminuição de 8,4% registada em 2020, que refletiu os efeitos da pandemia de COVID-19. Apesar da recuperação significativa, o nível do PIB manteve-se abaixo do valor registado no período pré-pandémico. Em termos de evolução intra-anual, verificou-se uma forte redução do PIB no primeiro trimestre (-5,3%), justificada pelo confinamento geral e um aumento de 16,5% no segundo trimestre, justificado pelo efeito base e pelo levantamento gradual das restrições à mobilidade. O crescimento foi menos robusto nos terceiro e quarto trimestres (4,4% e 5,8%, respetivamente). Para a evolução positiva da atividade económica contribuíram o dinamismo do consumo privado, que registou um crescimento de 4,5%,

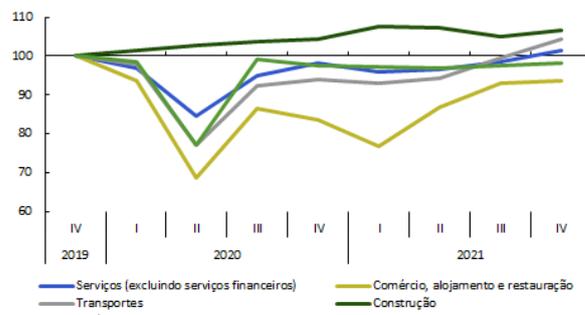
recuperando parcialmente da diminuição de 7,1% em 2020, e do investimento que, com um crescimento de 7,5% recuperou da quebra de 5,7% registada no ano anterior. O contributo da procura externa líquida, foi marginalmente negativo, uma melhoria significativa face ao verificado em 2020, com as exportações em volume a crescerem ligeiramente acima das importações, após a forte contração observada em 2020.

**Gráfico 2. PIB e componentes**  
(tvh, %)



Fonte: INE.

**Gráfico 3. VAB por setor**  
(índice 2019IV=100)



Fonte: INE.

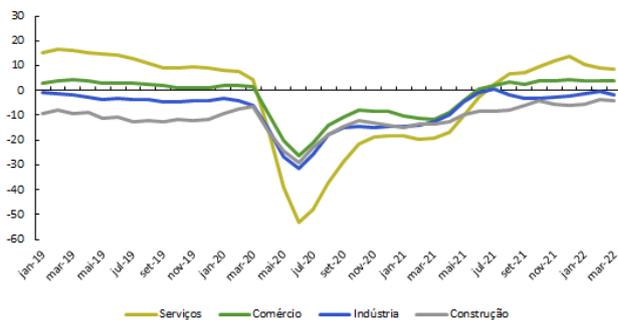
**A recuperação da atividade económica em 2021 foi impulsionada pelos setores do comércio, alojamento e restauração, dos transportes e dos serviços.** Após um ano de 2020 caracterizado por uma forte redução da atividade nos setores do comércio, alojamento e restauração e dos transportes (os mais afetados pelas medidas restritivas de combate à pandemia), estes setores iniciaram uma trajetória de recuperação no segundo trimestre de 2021, contribuindo de forma significativa para o crescimento do PIB. Também o setor dos serviços (excluindo as atividades financeiras) teve um contributo bastante significativo para a evolução do PIB, ultrapassando no final de 2021 os valores registados no período pré-pandémico. Apesar da evolução positiva registada em 2021, o VAB da indústria permanece ainda abaixo do registado no período anterior à pandemia, fruto de disrupções na disponibilidade de diversos componentes, enquanto o setor da construção demonstrou um comportamento resiliente, mantendo-se sempre acima de níveis pré-pandémicos.

**A recuperação mais lenta da indústria incide principalmente nas atividades de produção de energia e automóvel.** Após a evolução positiva registada no primeiro semestre de 2021, o índice de produção industrial (IPI) tem vindo a registar, desde o mês de agosto, variações homólogas negativas, refletindo as dificuldades com as disrupções nas cadeias de abastecimento. Esta tendência manteve-se no início de 2022, tendo o IPI apresentado, em fevereiro, uma variação de -4,3% em termos homólogos, essencialmente em resultado da contração nas atividades de produção de energia e automóvel. Excluindo estas duas componentes, o IPI teve uma variação homóloga de 5,5% no mês de fevereiro.

**Atividade turística recupera, mas ainda se encontra longe dos níveis pré-pandémicos.** Apesar do crescimento observado na atividade turística em 2021, com um crescimento no número de hóspedes e de dormidas de 39,3% e 45,2%, respetivamente, este setor ainda não conseguiu recuperar da queda registada em 2020. Quando comparado com 2019, tanto o número de hóspedes como o de dormidas em 2021 registam variações negativas (-46,4% e -46,6%, respetivamente), sendo as quebras relativas essencialmente aos turistas não residentes em Portugal. A recuperação da atividade turística manteve-se no início de 2022, com o número de hóspedes e de dormidas em fevereiro a superar largamente os registados no período homólogo de 2021, no entanto, ainda aquém dos observados antes do início da pandemia.

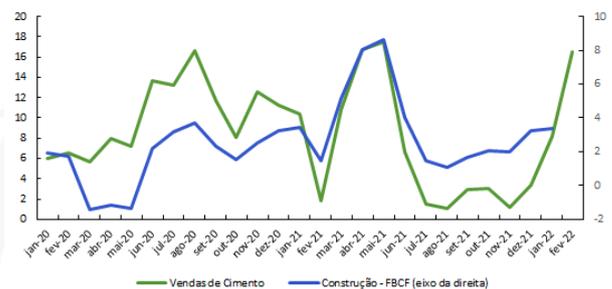
**Indicadores de confiança retraíram-se ligeiramente em março de 2022.** O indicador de clima económico estabilizou no início de 2022, após a recuperação registada nos últimos meses de 2021, situando-se em níveis próximos dos pré-pandémicos. Para esta evolução destaca-se, por um lado, o contributo positivo dos níveis de confiança nos setores dos serviços e do comércio e, por outro lado, o contributo negativo dos níveis de confiança na indústria e construção que, apesar de permanecerem negativos, superaram já os níveis pré-pandémicos. Apesar da melhoria significativa nos dois primeiros meses do ano, o indicador de confiança dos consumidores diminuiu acentuadamente no mês de março, marcado pelo contexto da invasão militar da Ucrânia, registando uma redução em cadeia, apenas superada em abril de 2020 com o início da pandemia.

**Gráfico 4. Indicadores de confiança**  
SRE, MM3



Fonte: INE.

**Gráfico 5. Vendas de cimento e construção**  
tvh, MM3 (%)



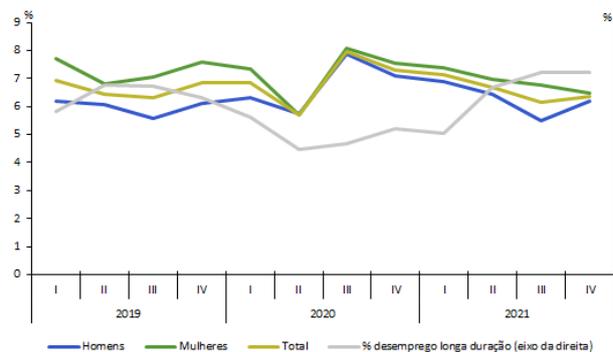
Fontes: SECIL; CIMPOR e INE.

**Investimento em construção apresenta bons indicadores de crescimento em 2022.** As vendas de cimento, que constituem um dos principais indicadores da atividade na construção, apresentaram nos dois primeiros meses de 2022, um aumento em termos homólogos de 24,8%, continuando a trajetória de aceleração que se vinha a verificar no final de 2021. Por sua vez, as vendas de veículos comerciais ligeiros e pesados registaram, em março, uma queda em termos homólogos de 9% e 1%, respetivamente.

### Mercado de Trabalho

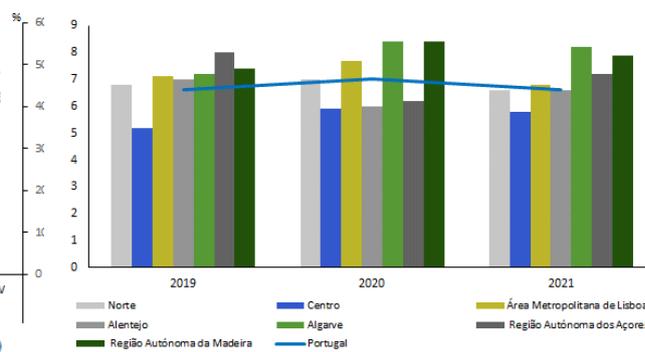
**A taxa de desemprego situou-se em 6,3% no quarto trimestre de 2021, tendo recuado para 6,6% no conjunto do ano.** No quarto trimestre, a taxa de desemprego aumentou 0,2 p.p. face ao trimestre anterior, tendo diminuído 1 p.p. face ao período homólogo. No último trimestre de 2021 e face ao trimestre anterior, a taxa de desemprego aumentou nos homens (0,6 p.p.), contrariando a variação do trimestre anterior, e continuou a diminuir nas mulheres (-0,3 p.p. no último trimestre face ao anterior). Em contrapartida, a percentagem de desempregados de longa duração aumentou 13,6 p.p. face ao trimestre anterior. Os dados mais recentes das estimativas mensais do INE, mostram que em fevereiro deste ano, a taxa de desemprego continua a diminuir em termos homólogos, situando-se nos 5,8%.

**Gráfico 6. Taxa de desemprego (%)**



Fonte: INE.

**Gráfico 7. Taxa de desemprego por regiões (%)**



Fonte: INE.

**A taxa de subutilização do trabalho<sup>1</sup> diminuiu para 11,7% no quarto trimestre de 2021 e para 12,5% no conjunto do ano.** No quarto trimestre de 2021, a subutilização do trabalho abrangeu 630,1 mil pessoas, correspondendo a uma variação homóloga negativa de 15,7% (menos 116,9 mil pessoas). De acordo com as estimativas mensais de emprego do INE, a diminuição da taxa de subutilização do trabalho manteve-se em fevereiro de 2022, situando-se nos 11%, menos 0,2 p.p. face a janeiro e menos 2,5 p.p. em relação ao período homólogo.

**O Algarve, as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores e a Área Metropolitana de Lisboa registaram taxas de desemprego superiores à média nacional** (respetivamente 8,2%, 7,9% e 6,8%). Comparativamente com o ano anterior, observou-se uma diminuição do desemprego em todas as regiões, com exceção da Região Autónoma dos Açores (mais 1 p.p.) e do Alentejo (mais 0,7 p.p.).

**O índice do custo de trabalho (ICT) total aumentou 2,4% no quarto trimestre de 2021, em termos homólogos, e 2,5% no conjunto do ano.** Na origem da variação trimestral encontra-se o aumento de 2% (3,7% ao ano) no custo médio por trabalhador e a variação positiva de 0,03% (1,5% ao ano) nas horas efetivamente trabalhadas (-0,6% no terceiro trimestre).

## Preços

**Inflação com tendência crescente ao longo de 2021 (1,3% no conjunto do ano) e no início de 2022.** No trimestre final de 2021, as pressões inflacionistas intensificaram-se sobretudo devido à evolução dos preços dos bens, que aumentaram 2,7% (mais 0,8 p.p. que o aumento dos serviços). No início de 2022, a inflação manteve um rumo crescente, atingindo, no mês de março, o valor de 5,3% (estimativa rápida), o mais elevado desde junho de 1994. A partir de dezembro de 2021, todas as classes do IPC contribuíram positivamente para a evolução da taxa de inflação, sendo os maiores contributos provenientes das classes de “produtos alimentares e bebidas alcoólicas” e “transportes”, classes que, no conjunto, representam mais de metade do aumento da inflação nos últimos cinco meses.

<sup>1</sup> Indicador que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inativos à procura de emprego mas não disponíveis e os inativos disponíveis mas que não procuram emprego.

**Gráfico 8. Taxa de inflação (IPC)**  
(%)



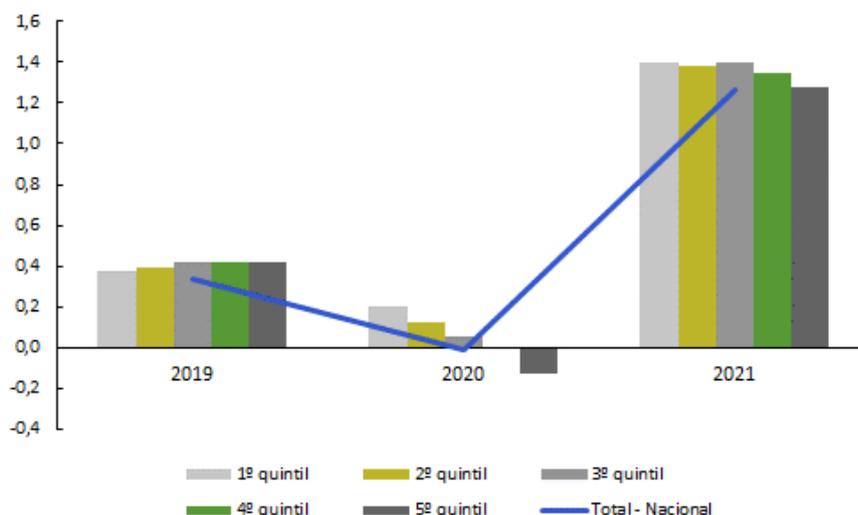
Fonte: INE.

**Produtos energéticos pressionam a evolução da taxa de inflação.** A taxa de inflação está a ser fortemente pressionada pelos produtos energéticos, cujos preços aumentaram ao longo de 2021 atingindo, no quarto trimestre, um aumento homólogo de 12,9%. Em março de 2022, a inflação dos produtos energéticos atingiu o valor recorde de 19,8% (mais 4,8 p.p. face ao mês anterior). A inflação subjacente registou um aumento homólogo pronunciado de 3,8% (mais 0,6 p.p. face ao mês anterior).

**Caixa 1. A Pandemia de COVID-19 prejudicou famílias de rendimentos mais baixos**

As famílias de rendimento mais baixo foram as mais penalizadas pela inflação no período de pandemia. Esta conclusão baseia-se numa análise com base nos dados do último Inquérito às Despesas das Famílias 2015/2016, que desagrega a despesa das famílias por quintis de rendimento de acordo com a Classificação do Consumo Individual por Objetivo (COICOP).

**Gráfico 9. Inflação por quintis de rendimento**  
Taxa (%)



Fonte: INE (cálculos GPEARI).

Em 2020, as famílias pertencentes ao primeiro quintil de rendimento sofreram um agravamento médio de 0,2% nos preços dos principais bens consumidos, enquanto a “inflação sentida” pelas famílias do último quintil foi negativa (-0,1%). Já em 2021, todas as classes de rendimento verificaram um agravamento na despesa decorrente do aumento de preços sendo o diferencial da “inflação sentida” entre o primeiro e o último quintil de 0,1%. Esta situação contrasta com a de 2019 em que os grupos de maiores rendimentos foram em geral mais penalizados pela subida de preços.

A penalização dos grupos de menores rendimentos resulta do facto de as maiores subidas nos preços terem ocorrido relativamente aos produtos mais representativos no seu cabaz de consumo ou, inversamente, de as maiores descidas nos preços serem relativas a produtos menos consumidos. Os “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas”, “vestuário e calçado” e “transportes” são os principais grupos de produtos responsáveis pela diferença na inflação sentida de acordo com a classe de rendimento.

Os preços dos “produtos alimentares e bebidas não alcoólicas” registaram a maior subida anual em termos médios (2,1%), o que contribuiu em 0,5 p.p. para a inflação sentida pelas famílias de menores rendimentos, enquanto que o impacto nas famílias de maiores rendimentos foi apenas de 0,3 p.p.

No caso do “vestuário e calçado”, e dos “transportes”, com menor peso relativo na despesa das famílias nos quintis inferiores de rendimentos, foi a descida de preços (respetivamente -3,4% e -2,1%) que mais beneficiou as famílias de classe mais alta (contributos de -0,2 p.p. e -0,4 p.p., respetivamente) comparativamente às de classe mais baixa (-0,1 p.p. e -0,3 p.p.).

Já em 2021, apesar das famílias de rendimento mais baixo continuarem a apresentar inflação mais alta relativamente àquelas de rendimento mais elevado, o diferencial entre os dois grupos decresceu para 0,1 p.p. Nesse ano, a classe “transportes” apresentou a inflação mais elevada (4,4%), afetando essencialmente as famílias de maiores rendimentos, que apresenta maior proporção na despesa destas famílias (originando um contributo de 0,8 p.p. para a inflação deste grupo).

Estes resultados são extremamente penalizadores para os agregados familiares de menores rendimentos, já que por si só, a inflação, mesmo que temporária, penaliza mais estes indivíduos, que não possuem poupanças para suavizar o seu nível de consumo. Por outro lado, as poupanças destas famílias não estão protegidas da inflação, ao contrário dos segmentos mais ricos que entre o seu portfolio contam com obrigações e títulos de dívida indexados à inflação.

Os resultados para Portugal verificaram-se igualmente em países como o Brasil, em que de acordo com dados do IPEA, no decurso do ano de 2020, a variação acumulada da inflação das famílias de rendimento muito baixa foi 3,5 p.p. superior à inflação acumulada do segmento com rendimentos mais elevados. Para além dos gastos com alimentos, contribuiu igualmente a despesa com energia e gás.

A nível europeu, e de acordo com a publicação “Who is suffering most from rising inflation”, presente no centro de reflexão Bruegel, que analisou esta problemática para França, Itália e Bélgica, verificou-se que na Bélgica e em Itália, em 2020, os agregados familiares mais pobres beneficiaram de uma redução de preços da energia em 2020, pelo que a inflação deste grupo foi mais baixa comparativamente com o agregado familiar de maiores rendimentos. Já em França (em que o diferencial de inflação entre os grupos de menores e maiores rendimentos é mais baixo relativamente aos dois países anteriores) não registou este cenário, tendo as famílias de menores rendimentos continuado com inflação mais alta. De acordo com os

autores, tal poderá ser justificado pelo facto de as famílias optarem por preços regulados mais rígidos, o que se por um lado permite que não sejam tão afetadas por aumentos de curto prazo do preço da energia, por outro, não beneficiam tanto de reduções de preços.

**Quadro 1. Inflação por quintis de rendimento: contributos por grupos em 2020**

(%)

	Var (%)	1.º quintil	2.º quintil	3.º quintil	4.º quintil	5.º quintil
01 – Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	2,1	0,5	0,4	0,4	0,4	0,3
02 – Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
03 – Vestuário e calçado	-3,4	-0,1	-0,1	-0,1	-0,2	-0,2
04 – Habitação, água, eletricidade, gas e outros combustíveis	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
05 – Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	-0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
06 – Saúde	1,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
07 – Transportes	-2,1	-0,3	-0,3	-0,4	-0,4	-0,4
08 – Comunicações	-2,2	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1
09 – Lazer, recreação e cultura	-1,9	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1
10 – Ensino	-0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11 – Restaurantes e hotéis	1,7	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
12 – Bens e serviços diversos	1,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Total	-	0,2	0,1	0,1	0,0	-0,1

Fonte: INE (cálculos GPEARI).

**Quadro 2. Inflação por quintis de rendimento: contributos por grupos em 2021**

(%)

	Var (%)	1.º quintil	2.º quintil	3.º quintil	4.º quintil	5.º quintil
01 – Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	0,7	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1
02 – Bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos	0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
03 – Vestuário e calçado	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
04 – Habitação, água, eletricidade, gas e outros combustíveis	1,6	0,4	0,3	0,2	0,2	0,2
05 – Acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
06 – Saúde	2,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1
07 – Transportes	4,4	0,6	0,7	0,8	0,8	0,8
08 – Comunicações	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
09 – Lazer, recreação e cultura	1,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1
10 – Ensino	-0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
11 – Restaurantes e hotéis	-0,8	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1	-0,1
12 – Bens e serviços diversos	1,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Total	-	1,4	1,4	1,3	1,4	1,3

Fonte: INE (cálculos GPEARI).

**Preços dos combustíveis em alta.** Segundo dados da DGEG, os preços dos combustíveis, quando medidos pelo preço de venda ao público (PVP), em termos de médias semanais, exibiram uma tendência de crescimento ao longo de 2021. Em 2022, no mês de fevereiro, a variação homóloga do preço do gasóleo foi de 25,8%, sendo o diferencial do PVP face à área do euro positivo em 0,4 p.p. Relativamente à gasolina 95, registou-se igualmente uma subida continuada dos preços ao longo de 2021, embora menos acentuada quando comparada com a do gasóleo rodoviário (21,7% em termos homólogos em fevereiro de 2022, superior em 5 p.p. face ao mês anterior e em 0,9 p.p. face à área do euro).

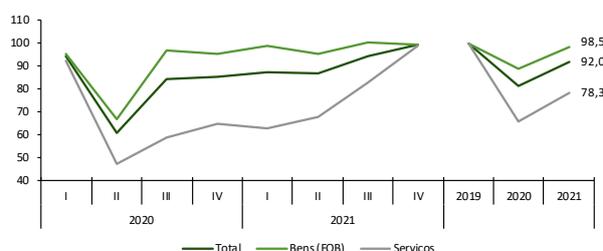
**Crescimento dos preços industriais ao longo de 2021 prossegue em 2022.** O índice de preços da produção industrial (IPPI) registou uma evolução crescente ao longo de 2021, sobretudo a partir de março, influenciada, especialmente, pelo preço da produção de energia, que no trimestre final de 2021 apresentou uma variação homóloga de 58,9%. Em 2021, o IPPI registou uma variação média de 8,8%, facto que não se repercutiu diretamente nos preços no consumidor, dado que o IPC (bens) apenas aumentou em média 1,6% no mesmo período. Os dados mais recentes, de fevereiro de 2022, mostram que o IPPI registou uma variação homóloga de 20,7%, pressionado pela evolução dos preços da energia (cuja variação foi de 60,9% no mesmo período).

### Comércio Internacional

**As exportações portuguesas continuam a recuperar, mas ainda permanecem abaixo dos níveis pré-pandemia.** Em 2021, de acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE, as exportações nominais de bens e serviços cresceram, em termos homólogos, 19,8% passando a representar 42% do PIB, um valor ainda inferior ao registado em 2019 (43,5%). Nas importações, o crescimento foi ligeiramente mais pronunciado (21,5%). Esta evolução, em particular na segunda metade do ano, reflete, sobretudo, um efeito preço relacionado com a escalada dos preços dos produtos energéticos e das matérias-primas, que contribuiu para a deterioração dos termos de troca. Em termos reais, o crescimento das exportações foi de 13,1%, mas ainda assim ligeiramente superior ao crescimento das importações (12,9%). O contributo da procura externa líquida para a variação real do PIB manteve-se negativo (-0,2 p.p.) mas relativamente menos pronunciado do que o registado em 2020 (-2,9 p.p.). Apesar da recuperação, influenciada por um efeito de base considerável, as exportações em volume permanecem ainda abaixo dos níveis pré-pandemia (92% do valor observado em 2019).

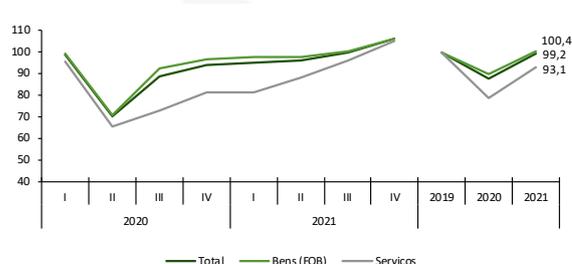
**A recuperação das exportações foi diferenciada por componente,** com as exportações de bens a perderem dinamismo a partir do segundo trimestre do ano e as exportações de serviços a acelerarem, sustentadas pela recuperação gradual no turismo. No conjunto do ano de 2021, as exportações de serviços cresceram relativamente mais do que as exportações de bens (18,7% e 11,1%, em volume, respetivamente). Apesar da recuperação, ambas as componentes comparam ainda abaixo dos níveis pré-pandemia (98,5% no caso das exportações de bens e 78,3% no caso das exportações de serviços). Do lado das importações, a componente de serviços também registou um crescimento em volume relativamente mais significativo que a componente de bens (18,1% e 11,9%), mas apenas a componente de bens exibe já completa recuperação para os volumes observados em 2019.

**Gráfico 10. Exportações de Bens e Serviços, Volume (2019=100)**



Fonte: GEE, com base nos dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE.

**Gráfico 11. Importações de Bens e Serviços, Volume (2019=100)**



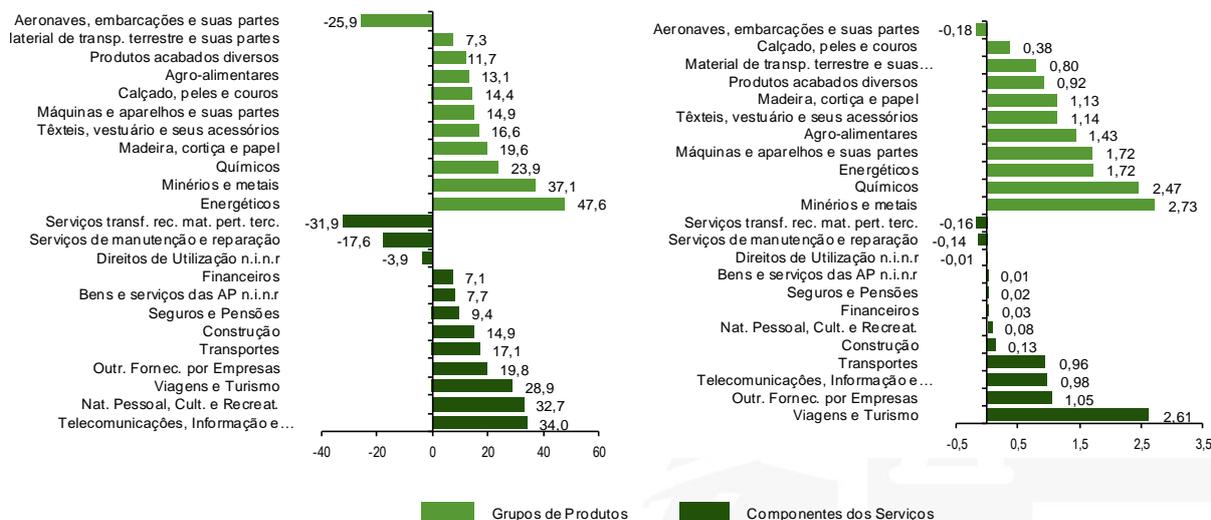
Fonte: GEE, com base nos dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE.

**Em 2021, as exportações portuguesas de bens cresceram 19,5% em termos nominais**, num contexto de fortes condicionantes à recuperação do comércio internacional de mercadorias, devido ao efeito combinado da escalada dos preços da energia, dos transportes, das matérias-primas e da escassez da oferta de componentes para fornecimento industrial, em particular os semicondutores. O conflito na Ucrânia, bem como os novos surtos de pandemia de COVID-19 na China, deverá contribuir negativamente para a recuperação, exacerbando a escassez de alguns materiais e alimentando a pressão inflacionista. De acordo com as estatísticas do comércio internacional de mercadorias do INE, as exportações nominais para o mercado comunitário (que em 2021 representou 71,5% do total de exportações portuguesas) cresceram relativamente mais do que as exportações para os países terceiros (18,3% e 17,8%, respetivamente). As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (representando 26,7% em 2021), registaram o maior contributo para o crescimento das exportações totais de mercadorias (6,7 p.p.), seguidas das exportações para França (2,1 p.p.), EUA (1,8 p.p.) e Alemanha (1,2 p.p.). Do lado das importações, destaca-se igualmente o contributo do mercado Espanhol (6,8 p.p.), seguido do contributo das importações da Alemanha (1,6 p.p.), do Brasil (1,3 p.p.) e da China (1,1 p.p.). Em termos de produtos, as exportações e as importações de energéticos registaram taxas de variação homólogas muito significativas (47,6% e 62,3%, respetivamente), refletindo sobretudo o crescimento do preço internacional do *brent*.

**O alívio das restrições de controlo da pandemia de COVID-19 tem resultado numa aceleração das exportações de serviços, em particular de viagens e turismo.** Em 2021 as exportações portuguesas de serviços cresceram relativamente mais do que as exportações de bens (20,7% em termos nominais e 18,7% em volume), mas situam-se ainda bastante abaixo do valor observado em 2019 (78,7% em termos nominais e 78,3% em volume). Na componente dos serviços, destaca-se o crescimento nominal das rubricas de “telecomunicações, informação e informática” (34%), “serviços de natureza pessoal, cultural e recreativa” (32,7%) e “viagens e turismo” (28,9%).

**Com maiores contributos para o crescimento das exportações totais destacam-se os “minérios e metais” e a rubrica de “viagens e turismo” (2,7 p.p. e 2,6 p.p., respetivamente).** Apesar da aceleração das exportações registada nesta última rubrica, o nível de 2021 foi ainda muito inferior ao registado em 2019 (54% em termos nominais). De acordo com a Organização Mundial do Turismo o setor do turismo só regressará a níveis pré-pandémicos em 2024. Contudo, o conflito na Ucrânia deverá contribuir negativamente para a recuperação do setor, por via do aumento dos custos do *jet fuel* e alteração das rotas aéreas.

Gráfico 12. Taxas de crescimento<sup>1</sup> das exportações de bens e serviços e contributos<sup>2</sup> das componentes

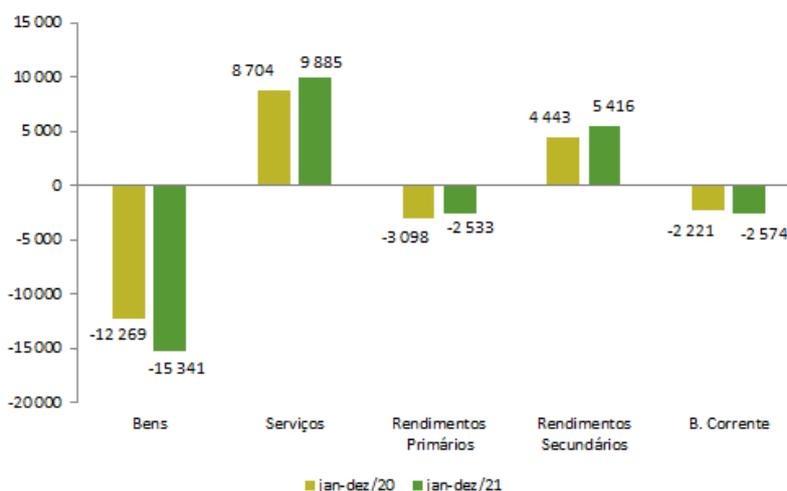


<sup>1</sup>Lado esquerdo. <sup>2</sup>Lado direito. Contributos - análise *shift-share*:  $TVH \times \text{peso no período homólogo anterior} \div 100$ . O somatório corresponde à TVH das exportações de bens e serviços, de acordo com os valores nominais das Contas Nacionais do INE (19,8%).  
 Fonte: Cálculos do GEE com base em dados das Contas Nacionais, para as exportações de bens e serviços, do Banco de Portugal para o cálculo da estrutura das exportações de serviços e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de bens. A distribuição dos contributos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as exportações de bens e a estrutura implícita nos dados da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal para as exportações de serviços.

### Contas Externas

A balança corrente e de capital apresentou um excedente de 1424 milhões de euros em 2021 (0,7% do PIB), representando um aumento na capacidade de financiamento de 1375 milhões de euros face a 2020. Esta evolução deveu-se, essencialmente, ao aumento da balança de capital de 1,1% para 1,8% do PIB, que compensou a redução de 0,1 p.p. registada no saldo da balança corrente. Em janeiro de 2022, registou-se um défice de 552 milhões de euros, o que compara com o excedente de 62 milhões de euros do período homólogo.

Gráfico 13. Balança corrente (milhões de euros)



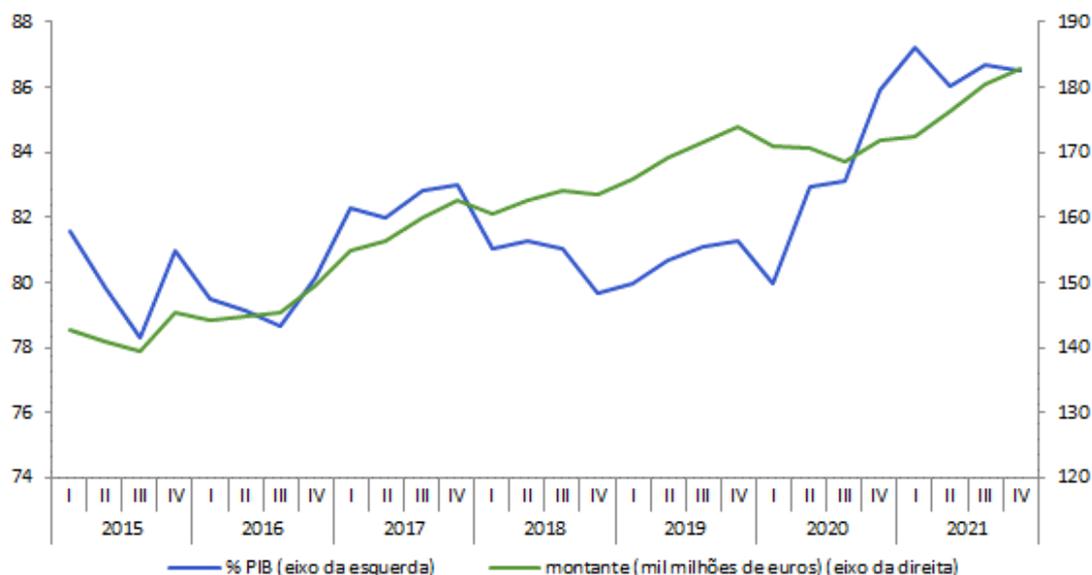
Fonte: Banco de Portugal.

**Défice na balança de bens e serviços aumenta para 2,6% do PIB** (face a 1,9% em 2020). Esta evolução refletiu, essencialmente, o aumento do défice da balança de bens em 0,9 p.p. (mais 2525 milhões de euros). Apesar de uma ligeira melhoria de 0,2 p.p. (mais 833 milhões de euros), a balança de serviços ainda se encontra aquém dos valores registados no período pré-pandemia. O agravamento do défice na balança de bens e serviços, continuou em janeiro de 2022, sendo a necessidade de financiamento superior em 393,2 milhões de euros em relação ao período homólogo.

**Melhoria dos saldos das balanças de rendimentos primários e secundários.** A balança de rendimentos primários registou uma redução no défice de 0,2 p.p. (menos 186 milhões de euros), passando para -1,2% do PIB em 2021, essencialmente devido à redução dos défices das componentes de rendimentos de investimento em carteira. Por seu lado, a balança de rendimentos secundários melhorou o seu excedente, passando de 2.2% para 2,7% do PIB em 2021, essencialmente devido ao aumento das transferências recebidas da União Europeia. Esta tendência mantém-se, com os dados mais recentes a demonstrarem uma continuação na melhoria do défice da balança de rendimentos primários (menos 58,9 milhões de euros face ao período homólogo).

**O Investimento direto continua a aumentar,** tendo representado 86,5% do PIB em 2021 (5,2 p.p. acima do *stock* registado em 2019).

**Gráfico 14. Investimento direto**  
(posição em fim de período)



Fonte: GEE, com base nos dados do Banco de Portugal.

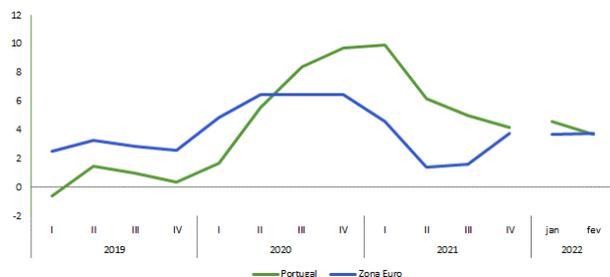
## Financiamento e Endividamento

**O ano de 2021 foi marcado por uma evolução positiva das condições de acesso ao financiamento bancário.** Segundo o Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito, do Banco de Portugal, as condições de restritividade da oferta de crédito às empresas registaram um aumento significativo em 2020, num contexto de aumento das necessidades de financiamento das empresas e do risco de crédito. As medidas de política pública de concessão de garantias e de moratórias de crédito, implementadas em 2020 e

alargadas ao longo do ano de 2021, aliadas às medidas de apoio extraordinário à liquidez das empresas, contribuíram para garantir melhores condições de acesso ao financiamento bancário – os empréstimos com garantia pública foram concedidos com maturidades longas e períodos de carência que podem ir até aos 18 meses. Os resultados do *Survey on the Access to Finance of Enterprises (SAFE)*, realizado pelo Banco Central Europeu, e o Inquérito aos Bancos do Banco de Portugal apontam ambos para uma diminuição das condições de restritividade de financiamento em 2021.

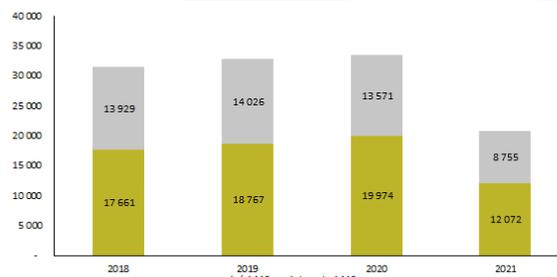
**Em 2021, as taxas de juro de novos empréstimos às empresas mantiveram a sua trajetória decrescente**, embora pouco acentuada, nomeadamente nos montantes de empréstimos destinados às PME (até 1 milhão de euros). Apesar da evolução registada, as taxas de juro de novos empréstimos às sociedades não financeiras (SNF) em Portugal permanecem em níveis superiores à média da área do euro, para os vários montantes – em 2021, a taxa de juro para os novos empréstimos até 1 milhão de euros era de 2,12% que compara com uma taxa média de 1,69% registada na área do euro.

**Gráfico 15. Financiamento bancário às sociedades não financeiras**  
(taxa de variação anual, %)



Fonte: Banco de Portugal

**Gráfico 16. Novos Empréstimos às Sociedades não Financeiras**  
(montantes, milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal

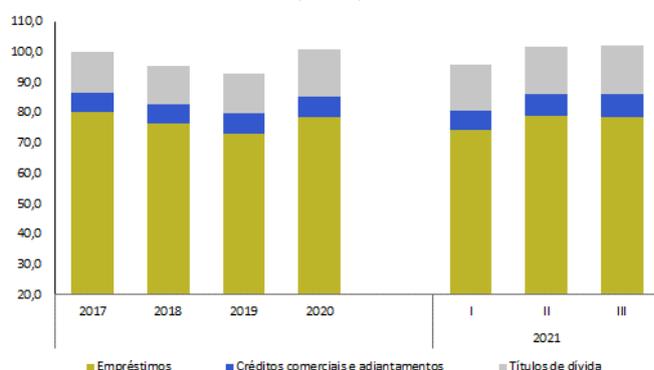
**Após um aumento da concessão de empréstimos no primeiro ano da pandemia, o crescimento dos montantes de novos empréstimos e do stock de empréstimos bancários às SNF registou uma desaceleração em 2021.** Em dezembro de 2021, o valor acumulado total dos novos empréstimos dos bancos às empresas foi de 20 758 milhões de euros, o que correspondeu a uma variação homóloga acumulada de -37,9%. As linhas de crédito com garantia pública contribuíram de forma relevante para o aumento do stock de crédito, a maioria das quais contratadas em 2020.

**Em 2020, a evolução do stock de empréstimos bancários por tipo de empresas refletiu os impactos heterogéneos provocados pela crise pandémica**, tendo-se verificado aumentos mais significativos no total de empréstimos de empresas de menor dimensão e dos setores de atividade mais afetados pela pandemia. Em 2021, as micro e pequenas e empresas continuaram a registar taxas de crescimento do stock de empréstimos mais acentuadas (variações homólogas de 4,2% e 7,7%, em 2021, e 13,3% e 13,9%, em 2020, respetivamente), face às grandes e médias empresas, que registaram um crescimento de 2,1% do stock de empréstimos. Em termos setoriais, o aumento do stock de empréstimos bancários, em 2020, foi mais expressivo nos setores do alojamento, restauração; comércio, indústria e construção, tendência que, em 2021, apenas se manteve para a indústria transformadora. Não obstante os choques provocados na atividade económica pela crise pandémica, o rácio de crédito vencido manteve, ao longo do ano de 2021, a trajetória descendente que se verifica desde finais de 2016. No final do ano de 2021, o crédito vencido às

SNF correspondia a 2,3% do total de empréstimos, o que representa uma diminuição de 1 p.p. face ao valor registado em janeiro de 2021 e uma redução significativa desde o máximo de 16,2% em novembro de 2016.

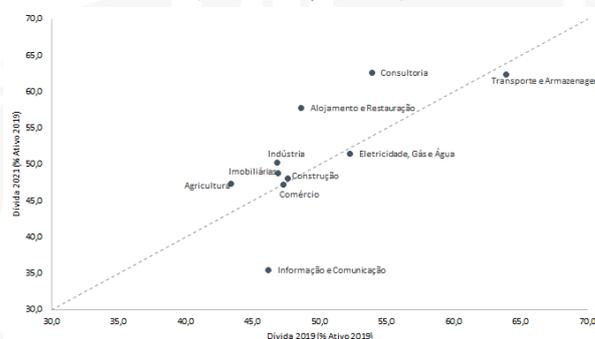
**No final do terceiro trimestre de 2021, a dívida total das SNF correspondia a 102,3% do PIB, traduzindo uma ligeira subida face a 2020 (100,9% do PIB).** Esta evolução ocorre após um aumento de 8,2 pontos percentuais em 2020, na sequência do choque pandémico. Apesar do aumento das necessidades de financiamento das empresas, o principal contributo para a inversão do processo de desalavancagem em 2020, foi a quebra acentuada do PIB. Em 2021, o aumento do rácio deveu-se ao crescimento nominal da dívida, que superou o crescimento do PIB. O rácio da dívida (em % do ativo) registou aumentos mais expressivos nos setores do alojamento e restauração, consultoria e indústria.

**Gráfico 17. Dívida das SNF, por instrumento**  
(% PIB)



Nota: Dívida Consolidada  
Fonte: Banco de Portugal

**Gráfico 18. Dívida das SNF**  
(% do ativo por setor)



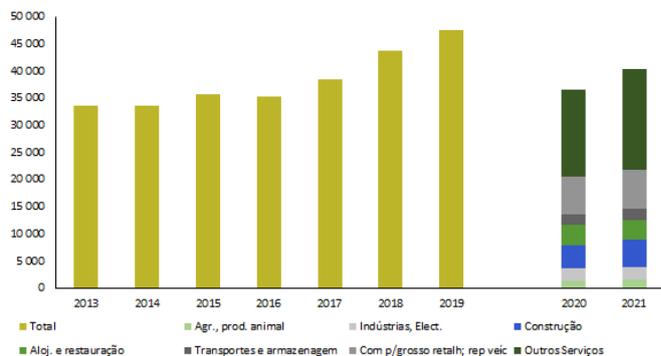
Fonte: Banco de Portugal

**No final de 2021, o saldo de títulos de dívida emitidos por SNF correspondia a 34,6 mil milhões de euros,** aumentando 8,1% face ao ano anterior e 23,9% face à posição de final de período de dezembro de 2019. Ao longo dos anos anteriores, registou-se um aumento sustentando das emissões líquidas de títulos, tendo o aumento significativo a partir de março de 2020 refletido maiores necessidades de financiamento no contexto dos choques económicos da pandemia de COVID-19. Nos primeiros três trimestres de 2021, não se verificaram alterações significativas na estrutura de financiamento das empresas, verificando-se, contudo, uma maior capitalização, transversal à generalidade dos setores de atividade.

### Dinamismo Empresarial

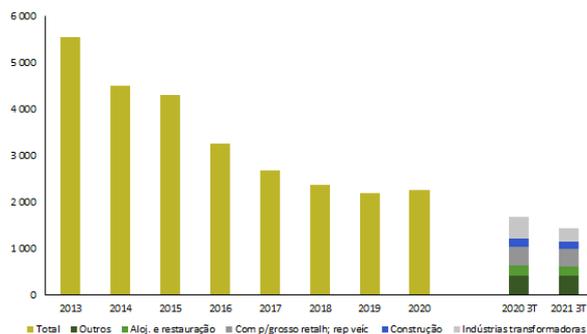
**Em 2021, num contexto de restrições significativas da atividade económica, verificou-se um aumento da constituição de novas empresas e uma redução do número de processos de insolvência.** Em 2020 e 2021, as medidas de apoio às empresas bem como a extensão e alargamento de programas de recuperação empresarial contribuíram para mitigar os efeitos da pandemia, em especial nos setores mais afetados.

**Gráfico 19. Constituição de Empresas (número)**



Fonte: INE e DGPI

**Gráfico 20. Processos de Insolvência (número)**

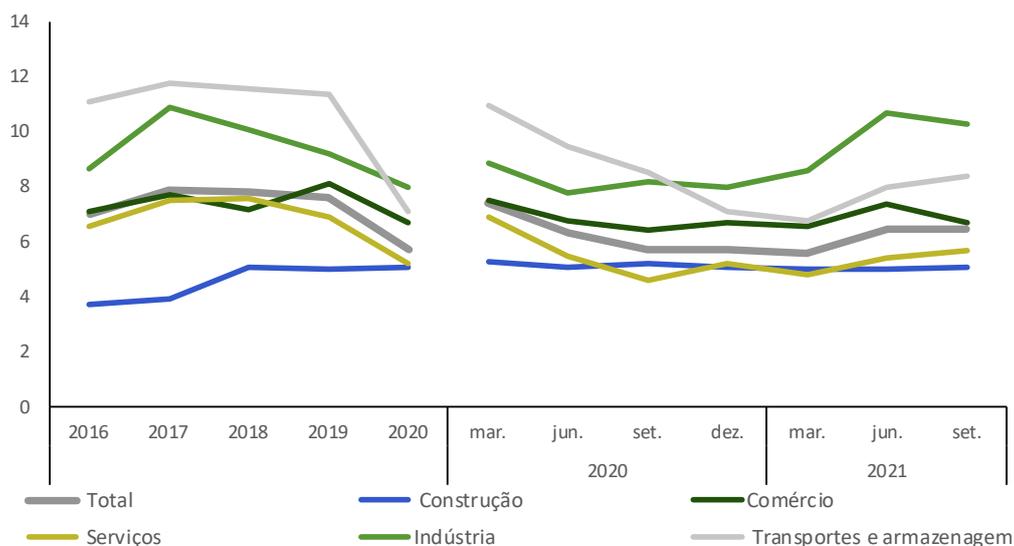


Fonte: INE e DGPI

As dinâmicas de investimento das empresas em 2021 também apontam para uma tendência de recuperação, tendo já ultrapassado os níveis registados no período pré-pandemia. Após a significativa quebra registada em 2020 (-5,3%), a formação bruta de capital fixo das sociedades não financeiras registou um aumento de 6,7% para um nível total superior ao nível de investimento em 2019. Projeta-se uma estabilização do investimento realizado em 2022, de acordo com o inquérito semestral ao investimento.

O rácio de rentabilidade das SNF evidencia também uma tendência de recuperação, tendo aumentado 0,8 p.p. até ao terceiro trimestre de 2021 face ao final do ano anterior. Em 2020, para o conjunto das SNF, a rentabilidade do ativo registou uma diminuição de 1,9 p.p. Apesar da evolução positiva registada em todos os setores, em 2021, apenas nos setores das indústrias e da construção a rentabilidade das empresas recuperou para níveis superiores aos observados em 2019. Após uma redução de 4,3 p.p. em 2020, a rentabilidade do setor dos transportes e armazenagem registou um aumento de 1,3 p.p. no terceiro trimestre de 2021. O setor dos serviços registou um ligeiro acréscimo de 0,5 p.p., que compara com uma quebra de 1,7 p.p. em 2020.

**Gráfico 21. Rentabilidade das SNF (EBITDA em percentagem do ativo total)**



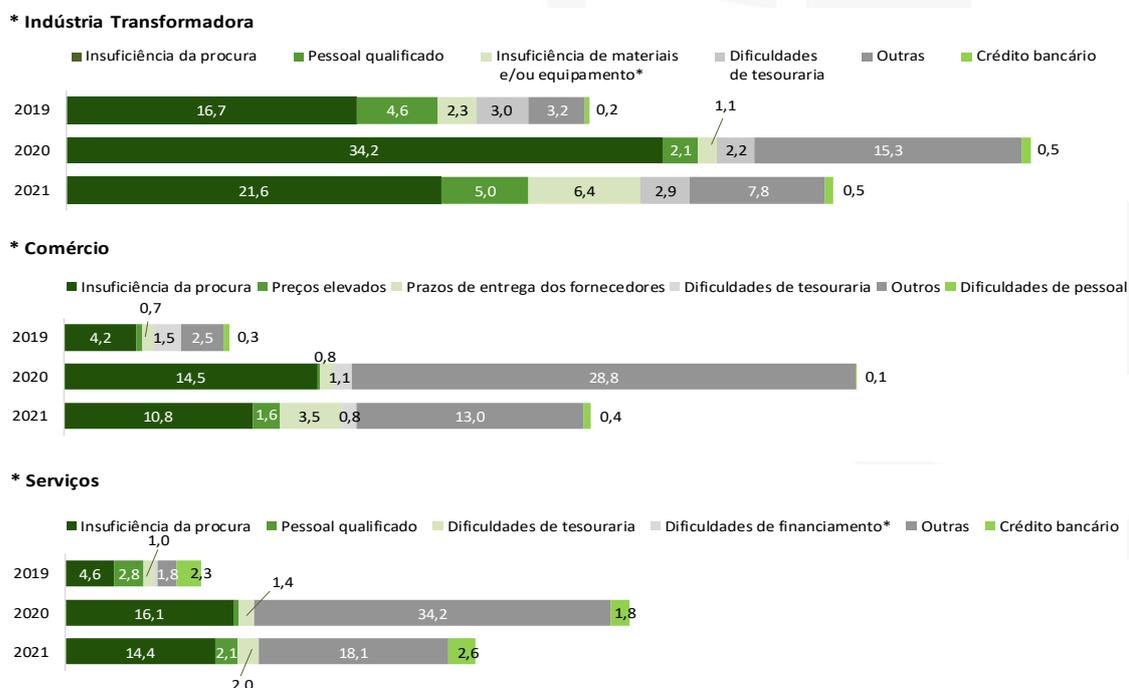
Fonte: Banco de Portugal.

**Caixa 2. Análise de conjuntura: fatores limitativos da atividade das empresas**

**Em 2021, a percentagem de empresas que reportou fatores limitativos à sua atividade diminuiu face a 2020, mas continua bastante acima do período pré-pandemia.** A retoma económica tem sido marcada por vários fatores limitativos da atividade das empresas. De acordo com o inquérito qualitativo de conjuntura, cerca de 44% das empresas na indústria transformadora, reportou obstáculos à sua atividade (55,4% em 2020 e 30% em 2019). A insuficiência da procura, continua a ser o principal obstáculo apontado, mas a insuficiência de materiais e/ou equipamento ganhou bastante expressão no último ano, refletindo disrupções nas cadeias de valor associadas à escassez da oferta de matérias-primas e componentes para fornecimento industrial. No comércio e nos serviços, a percentagem de empresas que reportou a existência de fatores limitativos à sua atividade é relativamente menos significativa (30% e 39,4%, respetivamente), mas compara relativamente pior com 2019 (9,4% e 13%, respetivamente). No setor do comércio, os desafios associados aos prazos de entrega dos fornecedores ganharam alguma dimensão, refletindo em parte, os obstáculos à produção reportados pela indústria.

**De acordo com o inquérito semestral ao investimento realizado em outubro de 2021, a intenção dominante dos empresários para 2022, corresponde à estabilização do investimento realizado, tanto na indústria transformadora, como nos serviços (57,3% e 62,6%, respetivamente).** Na indústria transformadora, a estrutura do investimento terá como principal objetivo a substituição de instalações ou equipamentos (36,2%) e a otimização da produção (32,1%), enquanto nos serviços, o principal objetivo dos empresários passa pela substituição de edifícios, equipamentos, e tecnologias de informação (38,6%) e a extensão da capacidade (30,3%). Os principais fatores estimulantes do investimento em ambos os setores correspondem a fatores técnicos e procura.

**Gráfico 22.Principais obstáculos à atividade**  
(%)

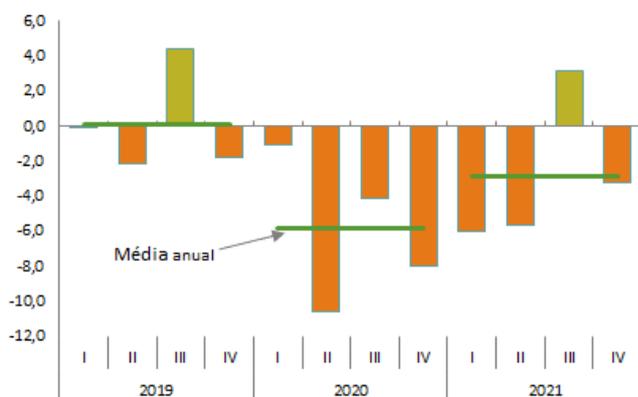


Nota: Valores médios  
Fonte: GEE, com base nos dados do INE

**Finanças Públicas**

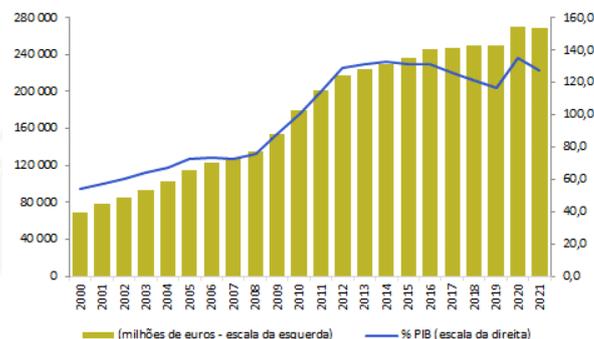
O **défi ce de 2021 ficou abaixo do limiar de 3% do PIB**. O saldo das administrações públicas diminuiu de -5,8% do PIB, em 2020, para -2,8% do PIB, em 2021. A melhoria, em 3 p.p. do PIB, resultou do efeito conjugado do aumento do peso da receita no PIB (em 1,8 p.p.) e da diminuição do peso da despesa (em 1,2 p.p.), não obstante o contributo das despesas associadas às medidas de emergência de combate à pandemia (medidas COVID-19) e ao apoio ao emprego, às empresas e ao rendimento das famílias. Em 2021, as medidas COVID-19 tiveram um impacto líquido no saldo orçamental de -2,3% do PIB.

**Gráfico 23. Saldo das administrações públicas**  
(% do PIB)



Fonte: INE.

**Gráfico 24. Dívida pública (ótica de Maastricht)**  
(% do PIB)



Fonte: INE e Banco de Portugal.

**A receita aumentou 10%.** Para este aumento contribuíram principalmente a recuperação da atividade económica e o recebimento de fundos comunitários. A receita de impostos e contribuições sociais cresceu, no conjunto, 6,8%, em linha com a recuperação do consumo privado e a evolução positiva do mercado de trabalho. A restante receita (vendas, outras receitas correntes e receita de capital) aumentou 30% em resultado: *i)* do aumento de fundos europeus para financiamento de despesa incorrida no combate à pandemia de COVID-19, e *ii)* do aumento extraordinário da receita de capital o qual reflete principalmente o reembolso da margem pré-paga e respetivos juros de aplicação, no montante de 1114,2 milhões de euros, retida aquando da concessão do empréstimo, pelo Fundo Europeu de Estabilização Financeira ao Estado Português, no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira e a recuperação de créditos do BPP (63 milhões de euros).

**A despesa aumentou 3%.** Este incremento resultou do crescimento de 5,2% da despesa corrente primária (despesa corrente, excluindo os juros) e de 19% da despesa em investimento (FBCF), parcialmente compensado pela redução de outras despesas de capital. A evolução da despesa corrente primária reflete principalmente o impacto das medidas relacionadas com a pandemia. Destaca-se o contributo significativo das despesas com subsídios às empresas, refletindo a execução de medidas como o apoio extraordinário à retoma progressiva da atividade, o *layoff* simplificado, o incentivo à normalização, entre outros. As prestações sociais aumentaram 2,8% em resultado dos apoios criados no contexto da pandemia, mas também do aumento das despesas com pensões, subsídios de desemprego e de apoio ao emprego e apoios sociais à inclusão. As despesas com pessoal cresceram 4%, para o qual contribuiu, designadamente, o aumento em 2% do emprego nas administrações públicas. Para o aumento de 19% no investimento público contribuíram os investimentos municipais e de infraestruturas ferroviárias e de transportes. A redução das

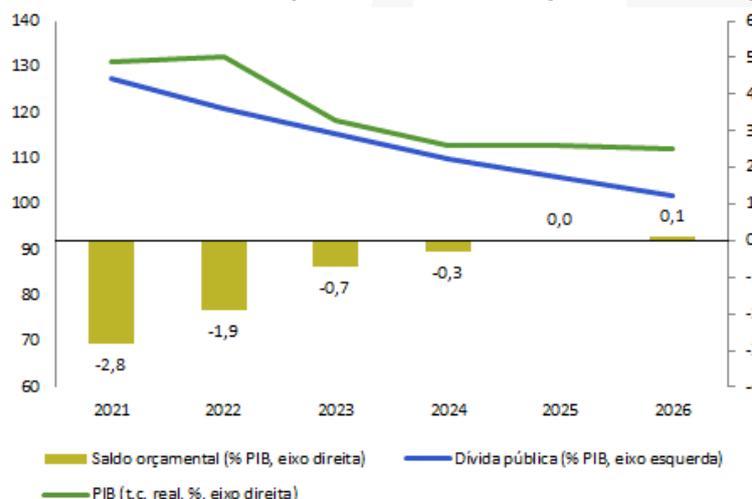
outras despesas de capital, em 36,7%, reflete principalmente o efeito base do apoio do Estado à TAP, S.A. (1200 milhões de euros em 2020 que compara com um impacto líquido de 640 milhões de euros em 2021). A despesa com juros manteve a tendência decrescente iniciada em 2015 situando-se no nível mais baixo desde 2006. **A dívida pública na ótica de Maastricht diminuiu para 127,4% do PIB em 2021.** Este valor corresponde a 269,2 mil milhões de euros (menos 1,2 mil milhões de euros do que no final de 2020), quando a dívida representava 135,2% do PIB.

Esta redução refletiu amortizações de títulos de dívida que foram parcialmente compensadas pelo aumento de passivos em depósitos, nomeadamente depósitos de entidades terceiras junto das administrações públicas e certificados de aforro e do Tesouro, e em empréstimos (2,4 mil milhões de euros). A variação dos empréstimos foi explicada, sobretudo, pelos montantes recebidos da Comissão Europeia ao abrigo do instrumento europeu SURE (2,4 mil milhões de euros) e do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (0,4 mil milhões de euros).

### Caixa 3. Programa de Estabilidade 2022-2026

No passado dia 25 de março, o Governo submeteu à Assembleia da República o [Programa de Estabilidade 2022-2026](#) (PE 2022-2026).

Gráfico 25. PE 2022-2026 – trajetória do PIB, saldo orçamental e dívida pública



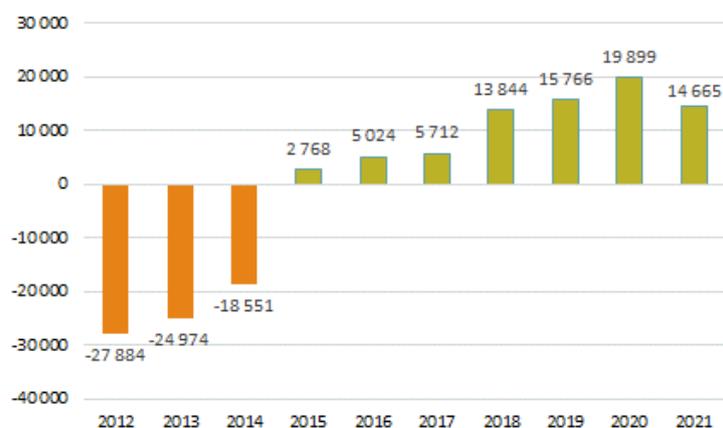
Fonte: Ministério das Finanças, Programa de Estabilidade 2022-2026.

As perspetivas macroeconómicas e orçamentais para o período 2022-2026 permanecem favoráveis, após os bons resultados alcançados em 2021: a economia cresceu 4,9%, em termos reais; o défice orçamental ficou abaixo do limiar de 3% do PIB e a dívida pública retomou a trajetória descendente, registando a maior descida desde a segunda guerra mundial.

Em 2022 e 2023 é esperada a continuação da forte recuperação da economia (com o PIB a crescer 5% e 3,3%, em termos reais, respetivamente), refletindo o impulso da implementação do Plano de Recuperação e Resiliência. O saldo orçamental deverá prosseguir uma trajetória em direção ao equilíbrio, sendo expectável que, em 2023, atinga o objetivo de médio prazo. Esta evolução contribuirá para que o peso da dívida pública no PIB apresente uma tendência claramente descendente permitindo que Portugal abandone o grupo de países mais endividados já em 2024.

**Aumento do emprego público em 2%.** No final de 2021, o emprego das administrações públicas totalizava 733 495 postos de trabalho, representando um aumento de 2% face ao final de 2020 (mais 14 665 postos de trabalho). O aumento de 2% resultou essencialmente do aumento na administração central (mais 1,6%, correspondente a mais 8904 postos de trabalho) e na administração local (mais 3,3%, correspondente a mais 4025 postos de trabalho). Na administração central, o aumento de emprego verificou-se essencialmente nas entidades públicas empresariais (EPE) do SNS (mais 3156), nos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário (mais 2337), nas unidades orgânicas de ensino e investigação (mais 1798) e também nas forças de segurança (mais 910). As entradas têm sido superiores às saídas desde 2015, com o conjunto do setor das administrações públicas a registar um saldo líquido positivo de postos de trabalho, destacando-se um pico no primeiro ano de pandemia de COVID-19.

**Gráfico 26. Saldo global de entradas e saídas do emprego público**  
(Indivíduos)



Fonte: DGAEP.

**Aumento das remunerações de base e dos ganhos médios mensais.** Em outubro de 2021, o valor da remuneração base média mensal dos trabalhadores a tempo completo no setor das administrações públicas situava-se em 1540,5 euros, 0,5% acima do valor registado em outubro de 2020, refletindo o efeito conjugado da entrada e saída de trabalhadores com diferentes níveis remuneratórios e da atualização do valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) e do valor da base remuneratória para 665 euros. O ganho médio mensal nas administrações públicas é estimado, para outubro de 2021, em 1800,4 euros (mais 0,6% face a outubro de 2020). A variação positiva reflete o aumento da remuneração base média mensal, bem como a importância das restantes componentes do ganho, como prémios e subsídios ou suplementos regulares, e pagamentos por horas suplementares ou extraordinárias.

### Financiamento das Instituições Financeiras Europeias

**Em 2021, o Grupo do Banco Europeu de Investimento (BEI) apoiou 27 operações em Portugal.** Estas operações, totalizando um volume superior a 5324 mil milhões de euros, consubstanciaram um aumento de 128% em relação a 2020. A maior parte das operações concretizadas teve como objeto os setores dos serviços financeiros, da energia e da requalificação urbana.

**Concessão de garantias a carteiras de crédito a dominar investimentos.** Nos dois primeiros meses de 2022, registou-se a assinatura de contratos referentes a operações do BEI com entidades a operar em território português, maioritariamente no setor dos serviços financeiros. Designadamente:

- Três operações relativas à concessão de garantias do Grupo BEI a carteiras de crédito detidas pelas instituições financeiras (Millennium BCP/Montepio/Novo Banco) no âmbito do Fundo de Garantia Pan-Europeu – 1204 milhões de euros;
- Aquisição de locomotivas elétricas e vagões intermodais para transporte de mercadorias (Medway) – 45 milhões de euros.

A maior parte das operações inserem-se no quadro da concessão de garantias a diversas instituições financeiras nacionais, para cobertura de carteiras de crédito detidas pelas mesmas. Ao proporcionarem um alívio do consumo de capital dos bancos beneficiários, as operações do BEI promovem a liquidez na economia, criando capacidade adicional nos bancos para a concessão de empréstimos e facilitação do acesso a financiamento por via de redução das taxas de juro, de maturidades mais alargadas ou da diminuição dos requisitos a nível de garantias. Estima-se que a capacidade adicional de crédito proporcionada por estas operações ascenda a um valor global da ordem dos 2800 milhões de euros.

## Previsões Económicas

**Quadro 3. Previsões Económicas para 2022**

(à data de 25.03.2022)

	2022 <sup>e</sup>						
	MF	BdP	CFP	BCE	CE Winter	FMI	OCDE
<b>PIB e componentes da despesa (taxa de crescimento real, %)</b>							
<b>PIB</b>	<b>5,0</b>	<b>4,9</b>	<b>4,8</b>	<b>5,8</b>	<b>5,5</b>	<b>5,1</b>	<b>5,8</b>
Consumo privado	4,3	3,6	3,6	-	-	-	4,6
Consumo público	1,4	1,5	2,5	-	-	-	2,9
Investimento (FBCF)	7,9	9,2	6,9	-	-	-	8,1
Exportações de bens e serviços	13,1	14,2	10,4	-	-	14,2	10,5
Importações de bens e serviços	11,5	12,3	8,6	-	-	12,0	8,0
<b>Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)</b>							
Procura interna	4,6	1,6	4,3	-	-	-	5,1
Procura externa líquida	0,4	3,2	0,5	-	-	-	0,8
<b>Evolução dos preços (taxa de variação, %)</b>							
Deflator do PIB	2,3	-	2,5	-	-	-	1,4
IHPC	3,3	4,0	3,9	1,8	2,3	1,3	1,7
<b>Evolução do mercado de trabalho (taxa de variação, %)</b>							
Emprego (ótica de Contas Nacionais)	1,3	1,4	1,1	-	-	1,5	1,3
Taxa de desemprego (% da população ativa)	6,0	5,9	6,4	6,0	-	6,7	6,7
Produtividade aparente do trabalho	3,7	-	3,6	-	-	-	4,4
<b>Saldo das balanças corrente e de capital (em % do PIB)</b>							
Capacidade/necessidade líquida de financiamento face ao exterior	1,6	-0,4	-0,6	-	-	-	-
Saldo da balança corrente	-1,7	-	-2,3	-	-	-2,1	-0,6
da qual: saldo da balança de bens e serviços	-3,4	-4,1	-3,6	-	-	-	-
Saldo da balança de capital	3,3	-	1,7	-	-	-	-

<sup>e</sup> estimativa.

Fontes: Ministério das Finanças [MF] - Programa de Estabilidade 2022-2026; Banco de Portugal [BdP] - Boletim Económico, 24 de mar. 2022; Conselho de Finanças Públicas [CFP] - Perspetivas Económicas e Orçamentais 2022-2026, março 2022; Banco Central Europeu [BCE] - ECB Macroeconomic projections, 3 de janeiro 2022; Comissão Europeia [CE] - European Economic Forecast: Winter 2022, 10 de fevereiro 2022; Fundo Monetário Internacional [FMI] - World Economic Outlook, 12 de outubro 2021; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] - Economic Outlook, 1 de dezembro 2021 (Versão Preliminar).

*Nota: relativamente ao quadro acima, é de referir que, para além do Ministério das Finanças, apenas o Banco de Portugal e o Conselho de Finanças Públicas apresentam previsões posteriores a 24 de fevereiro, data da invasão militar da Ucrânia pela Federação Russa.*

## ■ Política Económica

### Política Europeia

**Reunião dos Ministros da Finanças da União Europeia de 18 de janeiro de 2022.** Destaca-se o debate das prioridades da Presidência Francesa para o primeiro semestre de 2022, orientadas pelo mote “Recuperação, Robustez e Sentido de Pertença” e centradas em quatro princípios orientadores: proteger os cidadãos e as liberdades, desenvolver um modelo Europeu para o futuro, construir uma Europa neutra em termos climáticos, justa e social e promover os interesses e valores da Europa no mundo. Salienta-se igualmente o debate de orientação sobre a proposta de Diretiva do Conselho relativa à fixação de um nível mínimo mundial de tributação para os grupos multinacionais na UE. Por fim, é de referir, no âmbito do Semestre Europeu, a adoção das conclusões do Conselho sobre a Análise Anual do Crescimento Sustentável (AACS) para 2022, sobre o Relatório sobre o Mecanismo de Alerta (RMA) para 2022 e a adoção da Recomendação sobre a política económica da área do euro.

**Videoconferência informal dos Ministros da Economia e das Finanças de 2 de março de 2022.** Destaca-se o debate relativo às consequências económicas e financeiras da situação na Ucrânia, nomeadamente o ponto da situação relativo à aplicação das sanções e suas consequências para as economias europeias. Assim, foi debatida uma análise preliminar da Comissão relativa ao impacto das sanções no sistema financeiro da Rússia, o aumento do apoio financeiro à Ucrânia, bem como o acordo relativo à coordenação das medidas nacionais de apoio aos cidadãos e às empresas no âmbito do aumento acentuado dos preços da energia. Foi ainda debatida a comunicação da Comissão Europeia relativa à orientação orçamental para 2023 que prevê que a cláusula de derrogação de âmbito geral do Pacto de Estabilidade e Crescimento se continue a aplicar em 2022, permitindo, assim, maior flexibilidade e adaptabilidade da política orçamental à elevada incerteza que se verifica.

**Videoconferência informal dos Ministros da Economia e das Finanças de 15 de março de 2022.** Destaca-se a discussão sobre as sanções adotadas contra a Rússia. Neste âmbito, os Ministros consideraram que estas estão a ter um impacto considerável na economia e no sistema financeiro russos e que, no que respeita à proteção das economias dos estados-membros, a resposta a dar deve passar por uma coordenação robusta a nível europeu. Sublinharam a disponibilidade do Conselho para considerar sanções adicionais, assim como a vontade de reforçar a independência económica da UE. Foi também debatido o Mecanismo de ajustamento das emissões de carbono nas fronteiras, medida que visa evitar a fuga de carbono da UE e incentivar países terceiros a fixar um preço do carbono para combater as alterações climáticas. Neste âmbito, o Conselho ECOFIN chegou a um acordo de orientação geral relativamente à proposta de Regulamento do Mecanismo. Ainda assim, notaram que mais progressos terão de ser alcançados em certas questões conexas ao Mecanismo. O Conselho ECOFIN fez igualmente progressos no sentido de um acordo sobre uma Diretiva a qual visa aplicar, a nível da UE, a componente da reforma fiscal internacional da OCDE relativa a um nível mínimo de tributação das grandes empresas. Esta Diretiva foi apresentada em dezembro de 2021 pela Comissão. Esta importante reforma prevê que as grandes multinacionais, com um volume de negócios anual combinado de pelo menos 750 milhões de euros, sejam tributadas a uma taxa mínima de 15%.

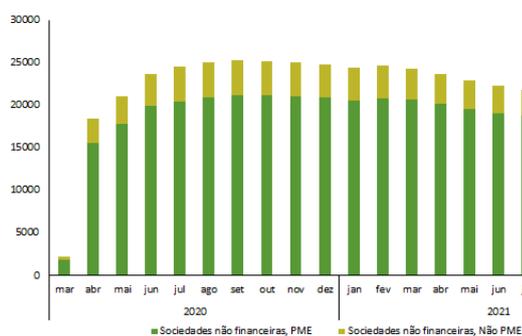
**Políticas Nacionais**

Em 2021, a atuação política foi caracterizada por dois grandes eixos de intervenção, complementares nos objetivos assumidos de política económica. Um primeiro eixo, de cariz conjuntural, direcionado para a mitigação dos efeitos da crise pandémica no potencial produtivo das empresas e no emprego, concretizado através da continuação e alargamento das medidas de natureza extraordinária implementadas em 2020. O segundo eixo, de natureza estrutural, estabeleceu um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, no contexto pós-pandemia e dos novos desafios de resiliência, de transição digital e de transição climática – o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

As medidas de apoio à recuperação da atividade económica foram sendo progressivamente adaptadas aos sucessivos desenvolvimentos impostos pela situação pandémica, visando responder aos impactos assimétricos da pandemia. Neste âmbito, e maioritariamente direcionadas para as Microempresas e PME dos setores mais afetados pelas restrições sanitárias, as medidas de apoio de curto-prazo à liquidez e tesouraria das empresas foram prorrogadas e estendidas ao longo do ano de 2021, entre as quais o *layoff* simplificado, as moratórias de crédito, a flexibilização e adiamento do cumprimento de algumas obrigações fiscais e contributivas, a prorrogação dos períodos de carência de capital nos empréstimos com garantia pública e a implementação de novas linhas de financiamento com garantia pública.

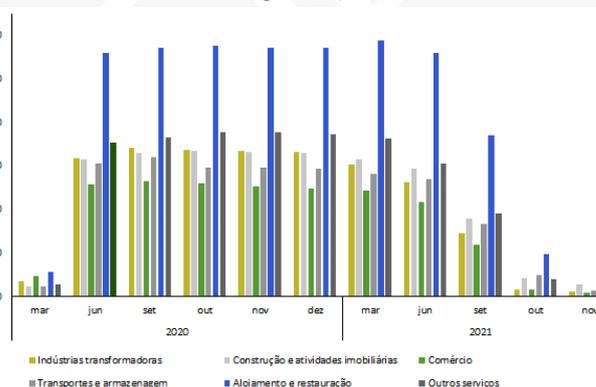
A medida de apoio de moratórias de crédito, implementada em 2020 e prorrogada ao longo de 2021, foi particularmente expressiva, entre agosto e outubro de 2020, tendo ascendido a um total 25 mil milhões, correspondente a 34,1% do total de empréstimos. As moratórias de crédito, concedidas de forma mais significativa às empresas dos setores mais afetados pela pandemia, só apresentaram uma trajetória descendente no último trimestre de 2021, sendo que em novembro de 2021 apenas 1,4% do montante de empréstimos concedidos beneficiava de moratórias. As moratórias terminaram em 31 de dezembro de 2021 tendo o Governo posteriormente aprovado uma nova linha de financiamento com garantia pública (Linha de Apoio à Recuperação Económica Retomar) destinada a garantir o acesso a operações de reestruturação e refinanciamento dos empréstimos com moratória.

**Gráfico 27. Montante de crédito em moratória**  
(valores em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal

**Gráfico 28. Montante de crédito em moratória**  
(em percentagem do total de empréstimos a cada segmento)



Fonte: Banco de Portugal

Ao longo do ano 2021 foram ainda executados outros instrumentos de reforço da tesouraria das empresas. O Programa Apoiar, criado em novembro de 2020, estabeleceu o Sistema de Incentivos à Liquidez, um

instrumento de apoios diretos para micro e pequenas empresas em função das quebras de faturação registadas na sequência da crise pandémica COVID-19. Durante 2021, o Programa Apoiar foi ampliado para incluir empresários em nome individual, enquadrar incentivos de liquidez destinados ao pagamento de rendas não habitacionais e reforçar apoios extraordinários concedidos. De acordo com os dados disponibilizados pelo COMPETE 2020, este programa apoiou aproximadamente 30 mil projetos aprovados (entre Apoiar – PME, Apoiar Rendas – PME e Apoiar +Simples), que corresponderam a um total de incentivos contratados de aproximadamente 243 milhões de euros, com uma taxa de execução em dezembro de 2021 próxima de 100%.

As medidas de política pública de recuperação económica no contexto da pandemia visaram também promover o investimento e apoiar a reestruturação das atividades económicas face à nova realidade pós-pandémica. O Programa Adaptar (Decreto-Lei n.º 20-G/2020, de 14 de maio) estabeleceu um sistema de incentivos que visou apoiar as micro e PME no esforço de adaptação e de investimento nos seus estabelecimentos, ajustando os métodos de organização do trabalho e de relacionamento com clientes e fornecedores no contexto da pandemia de COVID-19. Os apoios foram atribuídos sob a forma de subvenção não reembolsável e a taxa de incentivo a atribuir sobre as despesas elegíveis variou entre 50% e 80%. Em dezembro de 2021, encontravam-se aprovados no âmbito deste programa um total de 2466 projetos, correspondentes a um investimento elegível total de 49 milhões de euros, sendo que à data 42,6% do total de incentivos contratados se encontravam executados.

No âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social, foram implementados apoios a projetos de inovação e investimento relacionados com a resposta à COVID-19, integrados no sistema de incentivos do Portugal 2020. Segundo os dados disponibilizados pelo COMPETE 2020, em dezembro de 2021, estes novos apoios abrangeram um investimento elegível total de 19,6 milhões de euros, sendo que 63,3% dos incentivos contratados se encontravam executados.

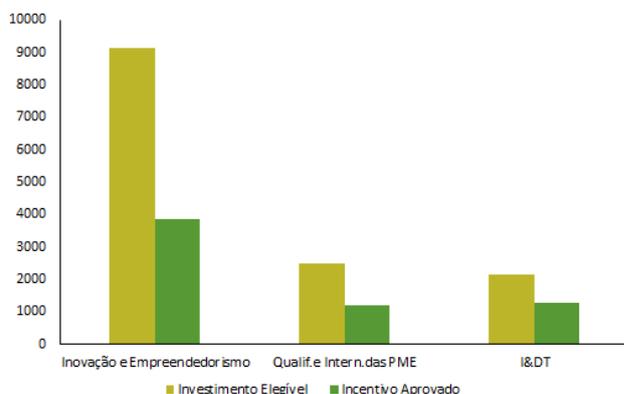
A manutenção dos postos de trabalho constituiu também um dos objetivos centrais da atuação política, que se concretizou não só na criação de um mecanismo de *layoff* simplificado, como também na introdução de critérios de elegibilidade para as medidas de apoio público condicionados à manutenção dos postos de trabalho. Neste âmbito, e tendo em consideração que a maioria dos apoios públicos se destinaram a Microempresas e PME, foi ainda introduzido o Regime Extraordinário e Transitório de Incentivo à Manutenção de Postos de trabalho, que contempla a atribuição de apoios públicos e incentivos fiscais – linhas de crédito com garantias do Estado e diversos benefícios fiscais (RCS, RFAI, SIFIDE II e CFEI II) – a grandes empresas mediante verificação da manutenção de postos de trabalho (Portaria n.º 295/2021, de 23 de julho).

Estas políticas públicas permitiram a manutenção de níveis adequados de liquidez nas empresas, num contexto de choques consideráveis provocados pela pandemia e de diminuição da rendibilidade, não tendo sido observado um aumento no número de insolvências.

De cariz estrutural, o Sistema de Incentivos constituiu um dos principais instrumentos de promoção do investimento das empresas. Os incentivos financeiros atualmente disponibilizados podem concretizar-se através de: incentivos não reembolsáveis (apoio financeiro a fundo perdido, mediante o cumprimento de objetivos definidos em contrato); e incentivo reembolsáveis (empréstimo sem juros, mediante condições de reembolso definidas em contrato). Existem três sistemas de incentivos principais, correspondentes a

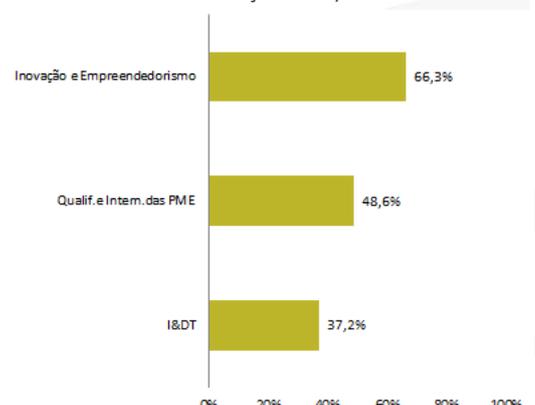
três dimensões de desenvolvimento empresarial: Inovação Empresarial e Empreendedorismo, Qualificação e Internacionalização das PME e Investigação e Desenvolvimento Tecnológico.

**Gráfico 29. Investimentos Apoiados por programa do Sistema de Incentivos (2015-2021)**  
(valores em milhões de euros)



Fonte: GEE, com base nos dados Compete2020.

**Gráfico 30. Taxa de Execução por programa do Sistema de Incentivos (2015-2021)**  
(valor dos incentivos contratados em percentagem da dotação total)



Fonte: GEE, com base nos dados Compete2020.

### Principais Medidas Legislativas

As principais medidas de política económica implementadas no primeiro trimestre de 2022 são apresentadas por área de atuação de acordo com o respetivo objetivo. Consideram-se apenas as medidas aprovadas oficialmente, que introduzem alterações com impacto direto na atividade económica, nos mercados de produto, na regulação da concorrência, no acesso a financiamento, no contexto empresarial e nas finanças públicas, selecionadas em linha com as principais áreas acompanhadas pelo GEE e pelo GPEARI.

No primeiro trimestre de 2022, algumas medidas de natureza extraordinária no contexto de recuperação económica pós-pandemia foram renovadas e/ou prolongadas, com o objetivo de manter os apoios às empresas mais afetadas. Este período de recuperação económica é também caracterizado por novos objetivos de intervenção pública que promovem a transformação da atividade económica em três eixos prioritários, definidos no PRR. Neste sentido, destacam-se várias medidas de concretização dos novos apoios no sentido da resiliência económica, da transição digital e da transição climática. Por fim, e no contexto dos impactos adversos gerados pelo conflito na Ucrânia, inclui-se um conjunto de medidas de natureza temporária de apoio às empresas e aos consumidores, perante o aumento dos preços das matérias-primas e de bens intermédios.

### Medidas de apoio à economia no âmbito do conflito na Ucrânia

#### Apoio extraordinário e excecional ao setor dos transportes de mercadorias

Resolução do Conselho de Ministros n.º 29-E/2022 Diário da República n.º 55/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-03-18

Apoio extraordinário e excecional com vista à mitigação dos efeitos da escalada de preços do combustível e do AdBlue neste setor.

### **Apoio aos combustíveis do setor de transportes públicos**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/2022 -Diário da República n.º 18/2022, Série I de 2022-01-26

Apoio extraordinário e excecional com vista à mitigação dos efeitos da escalada de preços do combustível no setor dos transportes públicos de passageiros. O apoio previsto é suportado pelo Fundo Ambiental (2021: 10,5 milhões de euros e 2022: 4 milhões de euros, sendo pago até 31 de março de 2022, de uma única vez).

### **Apoio financeiro à produção agrícola e pecuária**

Portaria n.º 113/2022 - Diário da República n.º 51/2022, Série I de 2022-03-14

Medida de apoio, no âmbito dos auxílios de Estado, com o objetivo de mitigar os fortes acréscimos dos custos de produção nos setores agrícola e pecuária e nas atividades de armazenagem, conservação e comercialização de produtos agrícolas, através da comparticipação dos montantes pagos pela energia elétrica consumida.

### **Greening**

Portaria n.º 131/2022 - Diário da República n.º 62/2022, Série I de 2022-03-29

Estabelece um regime excecional e temporário aplicável ao pagamento por práticas agrícolas benéficas para o clima e para o ambiente – *Greening*.

### **Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos**

Portaria n.º 63-A/2022 - Diário da República n.º 21/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-01-31

Portaria n.º 111-A/2022 – Diário da República n.º 50/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-03-11

Prorrogação da vigência da medida de redução da taxa do imposto sobre produtos petrolíferos (ISP) aplicável à gasolina e ao gasóleo, no valor unitário de 2 cêntimos por litro e 1 cêntimo por litro, respetivamente, no sentido de assegurar que o ganho adicional em sede de IVA decorrente do aumento do preço dos combustíveis seja integralmente devolvido aos consumidores por via da diminuição, em proporção, das taxas unitárias de ISP.

Manutenção, até 30 de junho, do mecanismo de devolução do ISP do valor do acréscimo da receita em IVA decorrente do aumento do preço dos combustíveis.

### **Taxa do Adicionamento sobre as Emissões de CO2**

Portaria n.º 118/2022 - Diário da República n.º 58/2022, Série I de 2022-03-23

Manutenção, até final de junho, da suspensão do aumento da taxa de carbono.

### **Benefício AUTOvoucher**

Decreto-Lei n.º 24-A/2022 - Diário da República n.º 50/2022, 2º Suplemento, Série I de 2022-03-11

Despacho n.º 3672-A/2022 - Diário da República n.º 61/2022, 1º Suplemento, Série II de 2022-03-28

Aumento extraordinário, durante o mês de março, do valor do Autovoucher de 5 para 20 euros por beneficiário. Aumento da vigência do subsídio financeiro AUTOvoucher de 31 de março de 2022 para 30 de abril de 2022, inclusive.

### **Apoio aos consumidores de gás engarrafado**

Despacho n.º 3143-B/2022 - Diário da República n.º 51/2022, 2º Suplemento, Série II de 2022-03-14

Apoio de 10 euros à aquisição de gás engarrafado para os consumidores domésticos que sejam beneficiários da tarifa social de energia elétrica, no valor total de quatro milhões de euros.

### **Apoio às famílias**

Decreto-Lei n.º 28-A/2022 - Diário da República n.º 60/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-03-25

Criação de um apoio extraordinário (60 euros, pagos de uma só vez em abril) dirigido às famílias abrangidas pela tarifa social de eletricidade para mitigação dos efeitos do aumento extraordinário dos preços dos bens alimentares de primeira necessidade.

## **Ambiente de Negócios**

### **Transposição de Diretiva – Insolvência e Recuperação de Empresas**

Lei n.º 9/2022 - Diário da República n.º 7/2022, Série I de 2022-01-11

Estabelece medidas de apoio e agilização dos processos de reestruturação das empresas e dos acordos de pagamento.

### **Flexibilização de pagamento de impostos – IRS – IRC – IVA**

Despacho do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais n.º 10/2022-XXII, de 2022-01-07

Regime de flexibilização de pagamento de impostos no contexto dos efeitos da pandemia COVID-19.

## **Mercado de Trabalho e Qualificações**

### **Compromisso Emprego Sustentável**

Portaria n.º 38/2022 - Diário da República n.º 11/2022, Série I de 2022-01-17

Portaria n.º 106/2022 - Diário da República n.º 44/2022, Série I de 2022-03-03

O Compromisso Emprego Sustentável, de caráter excecional e transitório, consiste num incentivo à contratação sem termo de desempregados inscritos no Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P., e na atribuição de apoios financeiros à contratação. Esta medida é estabelecida no âmbito dos objetivos de criação de emprego permanente e de redução da excessiva segmentação do mercado de trabalho, designados na componente C6 - Qualificações e Competências - Plano de Recuperação e Resiliência.

## Capitalização, Investimento e Acesso a Financiamento

### Sistema de Incentivos à Inovação Empresarial

Portaria n.º 43-A/2022 - Diário da República n.º 13/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-01-19

O sistema de incentivos «agendas para a inovação empresarial» tem como objetivo promover e apoiar financeiramente projetos de investimento empresarial inovador que visem uma recuperação transformadora e sustentável da economia. Enquadra-se na dimensão Resiliência do Plano de Recuperação e Resiliência.

### Regime jurídico dos empréstimos participativos

Decreto-Lei n.º 11/2022 - Diário da República n.º 8/2022, Série I de 2022-01-12

Estabelece o regime jurídico dos empréstimos participativos, uma figura jurídica inovadora no ordenamento jurídico nacional, caracterizados como instrumentos de quase-capital que se concretizam como contratos de crédito oneroso, sob a forma de mútuo ou de títulos representativos de dívida, cuja remuneração ou amortização dependem, ainda que parcialmente, do resultado da atividade do mutuário e cujo valor em dívida pode ser convertido em capital social do mutuário. Visa promover a diversificação de fontes de financiamento e capitalização das empresas.

### Altera o Fundo de Contragarantia Mútuo – Mid Cap e Small Mid Cap

Decreto-Lei n.º 12/2022 - Diário da República n.º 8/2022, Série I de 2022-01-12

Altera o Fundo de Contragarantia Mútuo através da inclusão das Mid Cap e Small Mid Cap como potenciais destinatárias de garantias individuais, com vista à promoção do investimento dinamizador do tecido empresarial e à criação de emprego.

## Transição Climática

### Sistema de incentivos de apoio à produção de hidrogénio renovável e outros gases renováveis

Portaria n.º 98-A/2022 - Diário da República n.º 35/2022, 1º Suplemento, Série I de 2022-02-18

Aprovação do regulamento do sistema de incentivos de apoio à produção de hidrogénio renovável e outros gases renováveis, proveniente da dotação do PRR, afeta ao investimento TC-C14-i01 - Hidrogénio e gases renováveis.

## Internacionalização – Comércio Internacional e IDE

### Seguros de Crédito à Exportação

Despacho n.º 345/2022 - Diário da República n.º 7/2022, Série II de 2022-01-11

Medida de apoio, de carácter excecional, no âmbito dos seguros de crédito à exportação, que prorroga a vigência da Facilidade Exportação Segura 2021 por um período adicional de três meses, de 31 de dezembro de 2021 a 31 de março de 2022.

### Programa Transformar Turismo - Linha Regenerar Territórios

Despacho Normativo n.º 1-C/2022 - Diário da República n.º 5/2022, 1º Suplemento, Série II de 2022-01-07

A Linha Regenerar Territórios visa contribuir para um turismo sustentável, responsável e inteligente, fomentando a valorização e qualificação do território e a coesão territorial e social. A dotação disponível para financiamento de projetos é de 16 milhões de euros.

### Programa Transformar Turismo - Linha Territórios Inteligentes

Despacho Normativo n.º 1-C/2022 - Diário da República n.º 5/2022, 1º Suplemento, Série II de 2022-01-07

A Linha Territórios Inteligentes, com uma dotação disponível de 4 milhões de euros, visa promover o financiamento de projetos de atividade turística de componente tecnológica e digital.

### Linha de Apoio à Tesouraria das Microempresas do Turismo - COVID-19 - Reforço de dotação orçamental

Despacho Normativo n.º 5/2022 - Diário da República n.º 28/2022, Série II de 2022-02-09

Aprovado um novo reforço, em 10 milhões de euros, da dotação global da Linha de Apoio à Tesouraria das Microempresas do Turismo - COVID-19, estabelecida em 2020, com um orçamento inicial de 60 milhões de euros.

## Finanças Públicas

### Processo de reprivatização da Efacec Power Solutions, SGPS, S.A.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2022 - Diário da República n.º 40/2022, Série I de 2022-02-25

Seleciona a DST - SGPS, S. A., para a aquisição de, pelo menos, 71,73% do capital social da Efacec Power Solutions, SGPS, S.A.

## ■ Artigos

### Acesso ao financiamento das PME desde a Crise Financeira Global

Ana Martins e Rita Tavares da Silva

Este artigo apresenta uma análise da capacidade de acesso ao financiamento das PME portuguesas, comparativamente às suas congéneres da área do euro, no contexto das políticas públicas implementadas desde a crise financeira global, no sentido de mitigar as dificuldades com que as empresas desta dimensão se depararam. Tem como objetivo a identificação de constrangimentos e desafios a considerar no desenho e implementação de medidas de política pública dirigidas às empresas em Portugal.

[Ler o artigo](#)

## Comércio Internacional de mercadorias de Portugal com a Ucrânia 2017 a 2021

Walter Anatole Marques

A Ucrânia ocupou em 2020 e 2021 a 35.ª e a 30.ª posição entre os mercados de origem das importações portuguesas de mercadorias, respetivamente com 0,3% e 0,4% do Total. Entre os mercados de destino das nossas exportações, a Ucrânia ocupou o 70.º lugar, com 0,1% nos dois anos. Este trabalho analisa a evolução do comércio internacional de mercadorias de Portugal com a Ucrânia no período de 2017 a 2021, designadamente a balança comercial, os principais mercados das importações e exportações e a evolução por grupos de produtos.

[Ler o artigo](#)

## Comércio Internacional de mercadorias de Portugal com a Federação Russa 2017 a 2021

Walter Anatole Marques

A Federação Russa ocupou em 2020 e 2021 a 16.ª e a 13.ª posição entre os mercados de origem das importações portuguesas de mercadorias, respetivamente com 0,8% e 1,3% do Total. Entre os mercados de destino das nossas exportações ocupou o 36.º lugar em 2020, com 0,3%, e o 39.º em 2021, também com 0,3%. Este trabalho analisa a evolução do comércio internacional de mercadorias de Portugal com a Federação Russa no período de 2017 a 2021, designadamente a balança comercial, os principais mercados das importações e exportações e a evolução por grupos de produtos.

[Ler o artigo](#)

## Setor “Têxteis e Vestuário” - Importações na UE-27 e quotas de Portugal (2020) – Comércio Internacional português (2017-2021)

Walter Anatole Marques

As exportações de “têxteis” e “vestuário”, que haviam registado um forte incremento após a adesão de Portugal às Comunidades, começaram a decair em 2002. Esta quebra acentuou-se em vésperas do desmantelamento do Acordo Multifibras, que ocorreu em janeiro de 2005, face às regras da Organização Mundial de Comércio (OMC), a que se seguiu um acentuado aumento de exportações de origem asiática, principalmente da China, para mercados das exportações portuguesas, em particular no espaço comunitário.

[Ler o artigo](#)